

# A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

Neste Número :

- Uma Sessão do Senado do Império
- A Conjuntura Brasileira e o Panorama Econômico Mundial
- Estratégia: Algo de Novo?
- O Sistema de Arma Anti-aéreo de 35mm OERLIKON
- Aspectos da Radiodifusão

# A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Número 662	Rio de Janeiro, RJ — Jul/Ago de 1975	ANO 62.º
---------------	--------------------------------------	-------------

## ÍNDICE

	Págs.
<b>EDITORIAL</b> .....	3
<b>CULTURA GERAL</b>	
CAXIAS É HERÓI VIVO, NÃO UM ORNATO DA HISTÓRIA — Professora Maria Isabel de Carvalho Cunha .....	4
UMA SESSÃO DO SENADO DO IMPÉRIO — Gen Bda Ref Felicíssimo de Azevedo Avelino .....	5
A CONJUNTURA BRASILEIRA E O PANORAMA ECONÓMICO MUNDIAL — Mário Henrique Simonsen .....	29
JOÃO SEVERIANO DA FONSECA — Cap Méd Alberto Martins da Silva .....	47
ASPECTOS DA RADIODIFUSÃO — Cel R/1 Eng José Maria Nogueira Ramos .....	57
O SISTEMA DE ARMA ANTIAEREO DE 35MM OERLIKON — Gen Bda Sylvio Octávio do Espírito Santo .....	67
<b>CULTURA PROFISSIONAL</b>	
ESTRATÉGIA: ALGO DE NOVO? — Cel Av Nelson O Almeida .....	83
BLINDADOS — Ten Cel Paulo Eduardo .....	107
EMPREGO DO SISTEMA DE MISSIL "COBRA" 2000 COMO COMPLE- MENTO A ARTILHARIA DE COSTA CONVENCIONAL .....	111



## **Dia do Soldado**

*No transcurso do mês de agosto — quando comemoramos o DIA DO SOLDADO — a DEFESA NACIONAL incorpora-se às manifestações de júbilo pela passagem de mais um aniversário do Patrono do nosso Exército.*

*Da biografia de CAXIAS, rica em episódios e fatos dignificantes, muitos são os aspectos que podem ser lembrados como verdadeiras lições de civismo e brasilidade. Lições que, embora mais de um século tenha decorrido, são sempre recordadas por sua oportunidade. Difícil, sim, é selecionar qual a mais expressiva, qual a mais atual.*

*Entre as inúmeras demonstrações de seu extremo patriotismo, encontram-se as palavras que proferiu em 1842, ao chegar à Província de SÃO PEDRO, onde iria pacificar os Farrapos:*

**"LEMBRAI-VOS QUE, A POUCOS PASSOS DE VÓS, ESTA O INIMIGO DE TODOS NÓS — O INIMIGO DE NOSSA RAÇA E TRADIÇÃO.**

**ABRACEMO-NOS e UNAMO-NOS PARA LUTAR, NAO PEITO A PEITO, MAS OMBRO A OMBRO, NA DEFESA DA PÁTRIA, QUE É NOSSA MAE COMUM."**



## **Uma Sessão do Senado do Império: 15 de julho de 1870**

Gen Bda Ref  
**FELICISSIMO DE AZEVEDO AVELINO**

Em inúmeras obras, dissertações de professores, ordens do dia do Exército, e outras publicações, temos ouvido e lido referências sobre a ação do Duque de Caxias nos tormentosos anos em que o Brasil se viu a braços com a agressão do tirano do Paraguai — Francisco Solano Lopes, não só à nossa Pátria, como à Argentina e ao Uruguai. As lições da história dessa luta cruenta que, em cinco anos, custou só ao Brasil cem mil mortos, não devem ser esquecidas pela Nação Brasileira.

Segundo Raposo Botelho, eminente historiador português, “a utilidade do estudo da História é, a mais dum título, incontestável, quer por nos apontar exemplos que incitam à prática da virtude, quer por desvendar as trevas do passado, mostrando-nos a vida das gerações que nos precederam, quer ainda por nos guiar sobre a marcha provável dos atuais acontecimentos. Moraliza, ilustra e esclarece”. Por estarmos convictos dessa verdade, é que vamos transcrever, na íntegra e respeitando a ortografia da época, o vigoroso, sereno e magistral discurso do Duque de Caxias, proferido na sessão de 15 de julho de 1870 em que teve, ao peso de seus quase sessenta e sete anos de idade, em cerca de cinquenta anos de integral dedicação ao Brasil e a seu povo, muitos dos quais em ingentes lutas provocadas pela má política reinante no Brasil, em fase várias da vida nacional, e outros nas campanhas externas, e nas quais sempre pôs à prova suas excepcionais qualidades de humanidade, fazendo dos



vencidos nas lutas da guerra seus incondicionais seguidores, convencendo-os de que, acima das paixões dos partidarismos políticos, devem pairar sempre os interesses da pátria e o bem-estar do povo, a oportunidade de confundir seus detratores.

Caxias foi, em verdade, o chefe e o artífice máximo em nossa terra, da "Liberdade-Igualdade-Humanidade" — Lema do Pavilhão do Rio Grande do Sul, e que, de fato e de direito, deverá ser o Patrono do Brasil.

Nesse seu admirável discurso, Caxias ao se defender de acusações sem base na verdade dos fatos que lhe foram feitas, prestou contas ao povo brasileiro de sua atuação em um período agitado e tumultuoso da história de nossa pátria. Esse discurso ainda hoje, pela soma de ensinamentos que encerra, exemplificando como deve proceder um chefe militar, ou um líder político, não se pejando, com argumentos dignos, baseados nas leis escritas e na moral, de prestar, da tribuna do Senado, contas à Nação de seu proceder, sem gestos arrogantes de mandonismo ou autoritarismo que degradam seus autores, mas expondo, com largos argumentos, fundamentados nas realidades dos fatos e nas leis, serenos e convincentes, a lisura de seu proceder, convencendo seus gratuitos acusadores da base falsa em que assentavam suas acusações injustas e caluniosas, indica o rumo a seguir por aqueles que sejam alvo da calúnia de acusadores levianos.

Possa o Parlamento Nacional ouvir sempre defesas como a que Caxias, de seus atos e atitudes, fez na memorável sessão de 15 de julho de 1870, é o que espera e merece, com todo o direito, o povo brasileiro, de seus maiores da Política na nossa terra, nos dias de hoje e pelos séculos em fora.

Com a transcrição desse discurso, presta A DEFESA NACIONAL um real serviço aos estudiosos da nossa história, divulgando lições de civismo e de verdadeiro patriotismo, como as que nele nos dá o Senador Duque de Caxias, honrando a farda e dignificando o mandato que lhe outorgou o Rio Grande do Sul, elegendo-o senador do Império, num reconhe-



cimento dignificante ao seu Pacificador, e que pôs termo final, com Honra e Glória, à grande luta dos Farrapos que, por um decênio, ensanguentou a terra da então mais nova Província do Brasil.

## SESSÃO EM 15 DE JULHO DE 1870

### 29.<sup>a</sup> sessão

EM 15 DE JULHO DE 1870

*Presidência do Sr. Visconde de Abaeté.*

SUMMARIO. — Expediente: Offícios do 1.<sup>o</sup> secretario da camara dos Srs. deputados, communicando ter a mesma camara approvado um projecto do senado, e remettendo uma proposição. — Officio do presidente da provincia de Sergipe remettendo um exemplar do seu relatorio. — Ordem do dia: Discussão de diversas proposições da camara dos Srs. deputados sobre pensões. — Discussão do voto de graças. — Discursos dos Srs. duque de Caxias e Figueira de Mello.

### ORDEM DO DIA

#### *Pensões*

#### *Voto de Graças*

O SR. DUQUE DE CAXIAS (Atenção): — Não pedi a palavra, Sr. presidente, como era de presumir, para me oppôr a nenhum dos periodos da resposta á falla do throno: voto por todos elles, especialmente por aquelle que contém bem merecidos elogios ao augusto principe que commandou o exercito na ultima phase da guerra. Pedi a palavra, Sr. presidente, para defender-me das innumeradas accusações dirigidas contra mim nesta casa, em minha ausencia, e posto tenha consciencia de que meus generosos amigos responderam victoriosamente a todas ellas, todavia cumpre-me dar algumas explicações relativamente a factos que se passaram comigo e só por mim podem ser explicados. Aproveitarei tambem a occasião de responder ás tres perguntas que me fez o nobre ex-presidente do conselho.



Antes, porém, de tratar destes assumptos, o senado me permitirá que exponha o historico de tudo quanto se passou comigo, desde o começo da guerra declarada ao Brasil pelo dictador do Paraguay.

Apenas chegou aqui a noticia dessa declaração, fui procurado pelo nobre ministro que então dirigia a reparação da guerra. Disse-me S. Ex. que, tendo instantemente de organizar o exercito que devia marchar para o Paraguay, via-se embaraçado acerca das providencias que cumpria tomar quanto antes. Comquanto fosse o nobre ex-ministro, como todos reconhecem, um homem de intelligencia, engenheiro abalisado, não tinha contudo pratica de organizações de exercitos; não conhecia o pessoal de nossas forças; não sabia ainda qual o material existente, nem o necessario para a guerra que fiamos emprehender; e, pois, exigia de mim que em tudo o coadjuvasse.

Escusado é dizer, Sr. presidente, que puz-me immediatamente á disposição deste nobre ministro que, como o senado já deve saber, era o honrado Sr. Beaurepaire Rohan. Desde esse momento propuz-me coadjuval-o por todos os modos possiveis. S. Ex. pediu-me immediatamente um plano de organização do exercito; dei-lho: pediu-me um plano de campanha; tambem lho dei, como se prova com estes documentos que não leio para não abusar da attenção do senado:

"1.ª directoria. — 1.ª secção. — Ministerio dos negocios da guerra, em 20 de Janeiro de 1865.

Illm. e Exm. Sr. — O governo imperial deseja ouvir a opinião de V. Ex. a respeito dos seguintes quesitos:

1.º A que numero de praças das differentes armas deveremos elevar o nosso exercito, em relação á guerra com o Estado do Paraguay?

2.º Quaes os recursos de que devemos lançar mão para que esse exercito se possa organizar com presteza?

3.º Qual o melhor plano de campanha a adoptar-se para assegurar o triumpho de nossas armas?

4.º Se acha conveniente que os corpos que vão chegando das provincias do Norte sigam immediatamente a se reunirem ao exercito em operações, ou se convém antes demoral-os na Côte para serem convenientemente exercitados.

Além destes quesitos, espero que V. Ex. me communicará qualquer idéa sua que possa interessar nossos preparativos de guerra, quer em relação ao ataque, quer em relação á defeza de alguns pontos da nossa fronteira.



Deus guarde a V. Ex.<sup>a</sup> — *Henrique Beaurepaire Rohan.* — Sr. marquez de Caxias."

"Cópia. — Illm. e Exm. Sr. — Respondendo aos quesitos, que V. Ex. fez-me a honra de propôr em seu aviso de 20 do corrente, cumpre-me dizer:

Quanto ao 1.<sup>o</sup>: E' minha opinião que o nosso exercito deve ser elevado, quanto antes, a 50,000 homens, sendo 35,000 de infantaria, 10,000 de cavallaria e 5,000 de artilharia; devendo-se desta força empregar 45,000, das tres armas, em operações contra o Paraguay, ficando 5,000 como reserva nas provincias de Santa Catharina e Rio de Janeiro.

Quanto ao 2.<sup>o</sup>. Parece-me que o mais efficaz e certo é recorrer á guarda nacional de todo o Imperio, tirando della, em proporção de sua força, as praças de pret que forem precisas para completar os corpos de 1.<sup>a</sup> linha, que deverão ser elevados ao numero marcado no plano que já tive a honra de remetter a V. Ex.; creando-se, além disso, corpos provisórios de voluntarios da patria da mesma força e organização, nos quaes se poderão admittir officiaes da guarda nacional com excepção dos maiores, ajudantes e quartels mestres que deverão ser tirados dos de 1.<sup>a</sup> linha, que alli irão servir, por commissão nesses postos, como instructores.

Quanto ao 3.<sup>o</sup>: Julgo que convém dividir o exercito em tres columnas, ou corpos de exercito, devendo o principal marchar pelo Passo da Patria no Paraná, pela estrada mais proxima e parallela ao rio Paraguay, com direcção a Humaitá, e dahi a Assumpção. Esta força deverá operar de accordo com a nossa esquadra, que subir o rio Paraguay. Batido Humaitá, nosso exercito deve continuar sua marcha a todo transe até a capital do Paraguay, combinando seus movimentos com as forças de Matto Grosso, as quaes deverão perseguir o inimigo que tiver invadido a provincia, até a linha do Apa, esperando ahi as ordens do general em chefe do exercito do Sul, para, de accordo com elle, descer até onde convier. E a outra columna, que não deverá ser menor de 6,000 homens, marchará por S. Paulo com direcção á provincia de Matto-Grosso, fazendo junção com as forças que já guarnecem aquella provincia, as quaes calculo em 4,000 homens. Esta columna deverá operar por Miranda, com o fim não só de assegurar as cavalladas e gados que existem por esse lado, como para obrigar o inimigo a distrahir forças de sua base de operações, e facilitar assim a entrada do grosso do nosso exercito que deve invadir pelo lado de Humaitá.

Uma outra columna, ou corpo de exercito, deve chamar a attenção do inimigo pelo lado de S. Cosme, Itapúa, ou S. Carlos, para que,



não só não possa elle cortar-nos a retirada pelo Passo da Patria, no caso de revez no Humaitá, como para que não convirja com todas as suas forças sobre esse ponto quando atacado pelo nosso exercito. Este movimento deverá competir ás nossas forças que guarnecem a fronteira de S. Borja e deverão constar, pelo menos, de 10,000 homens das tres armas, e ser bem commandadas.

Quanto ao 4.º. Cumpre-me observar a V. Ex. que estando os corpos muito mal instruidos e precisando de fardamentos, armamentos e equipamentos novos, para poderem entrar em operações de guerra, convirá muito que sejam aqui demorados, emquanto adquirirem a indispensavel instrucção, principalmente os novos recrutas que se lhes forem encorporando, pois que, em operações de campanha, não ha tempo nem meios de poder ensinar paisanos, que, não estando ainda habituados a esses trabalhos, muito o estranharão, e não poderão, talvez, supportar as marchas continuas, e ao mesmo tempo o afadigoso ensino dos primeiros rudimentos militares.

Crelo ter respondido com franqueza aos quesitos que me foram feitos, não me occorrendo, por ora, mais cousa alguma a este respeito, pois que, já em fórma de apontamentos, tive occasião de lembrar a V. Ex. muitas providencias que julguei dever o governo tomar com tempo, afim de poder com vantagem realisar as operações de guerra que projecta contra o Estado do Paraguay.

Tendo ouvido differentes praticos sobre os recursos e melhores estradas para a marcha das forças que devem ir por S. Paulo e Minas, remetto a V. Ex. uma memoria em resumo do que me pareceu melhor, afim de que V. Ex. a tome na consideração que lhe parecer.

Deus guarde a V. Ex. Rio de Janeiro, 25 de Janeiro de 1865. — Ilm. e Exm. Sr. conselheiro, general Henrique de Beaupreire Rohan, ministro e secretario de Estado dos negocios da guerra. — (Assignado) *Marquez de Caxias*.

Continuei a auxilliar-o em outros trabalhos; fui pessoalmente aos arsenaes, ás casas de armas para ver o que era possivel fazer aqui, e necessario encommendar para a Europa. Dissera-me S. Ex. qual era sua intenção a meu respeito. Pretendia propôr-me para commandar o exercito; não dei certeza de que aceitaria esta commissão, mas não me neguei.

Continuaram os preparativos; principiavam a chegar os contingentes do Norte. Um dia em que tinha de embarcar um desses contingentes (parece-me que o primeiro que seguiu para o Paraguay), fui a bordo do vapor, que o tinha de transportar, na qualidade de ajudante de campo de Sua Magestade o Imperador. Ahi estavam reunidos todos os membros do ministerio: Sua Magestade conferenciou com elles e depois desta conferencia o Sr. Rohan se



dirigiu a mim e communicou-me que o governo acabava de resolver que eu partisse immediatamente para o Rio Grande do Sul, onde devia organizar o exercito afim de com elle seguir para o Paraguay. Respondi a S. Ex. (formaes palavras). "Se V. Ex. quer que eu siga neste mesmo vapor, conceda-me duas horas de demora para mandar buscar á casa duas canastras com roupa." Disse-me S. Ex. que não era necessaria tanta precipitação; bastava que eu partisse naquelles oito dias. Retirei-me para minha casa e passaram-se dias sem que eu recebesse o decreto da nomeação.

Conversando depois com o Sr. Rohan, fiz-lhe vêr as necessidades que convinha satisfazer para o bom desempenho de uma commissão em que se achava gravemente compromettida a honra da nação. "Sr. ministro, disse-lhe eu, já duas vezes tenho ido á provincia do Rio Grande do Sul desempenhar commissões semelhantes, quando outra era a minha posição militar e social; fui sempre investido da autoridade, não só de commandante em chefe do exercito, como de presidente, e assim succedeu em todas as quatro provincias em que tive de defender a ordem publica, embora em todas não houvesse a necessidade de exercer as funcções de presidente.

V. Ex. sabe que a força principal do Rio Grande é a guarda nacional, sujeita pela lei ao presidente da provincia, e, pois, indo eu organizar o exercito alli, tinha de lançar mão della, e não o posso fazer sem concessão do presidente. Dahi podem surgir embarços que sobremaneira difficultem, senão impossibilitem a organização que me cumpre fazer."

S. Ex. immediatamente respondeu-me: "Sobre isto não pôde haver questão; V. Ex. não pôde deixar de ir na dupla qualidade de presidente e commandante em chefe do exercito. Enquanto estiver na provincia exercerá as funcções de presidente, mas logo que retirar-se entrará no exercicio o vice-presidente."

Ficamos nisto; nesta intelligencia separou-se de mim o Sr. Rohan. Mas logo no dia seguinte S. Ex. procurou-me e disse: — "Sr. Marquez, o que assentamos hontem, não pôde ter logar; não sou mais ministro." Pois bem, respondi-lhe, "Se V. Ex. não é mais ministro, minha palavra também está retirada." "Propuz aos meus collegas, continuou o Sr. Rohan, a nomeação de V. Ex. nos termos em que haviamos accordado; todos foram unanimes em que V. Ex. fosse nomeado commandante em chefe, mas não presidente da provincia, porque esta ultima nomeação iria prejudicar a politica do partido.

VOZES: — Oh! oh!

O SR. JOBIM: — Oh! que miseria!

O SR. DUQUE DE CAXIAS. — Não pôde deixar de observar ao Sr. Rohan: "Pois em uma occasião destas em que a provincia do Rio



Grande está ameaçada de uma invasão, ha quem se lembre de partidos? Crêa V. Ex. que a provincia toda reunida não será demais para resistir, como convém, á invasão dos paraguayos: como, pois, attender em tão graves circumstancias a interesses de partido?"

Separamo-nos, ficando somente de que o Sr. Rohan pediria sua demissão e eu ficaria exonerado de seguir para o Rio-Grande.

Dahi a dous dias appareceu com effeito no "Jornal do Commercio" a noticia de ter sido aceita a demissão pedida pelo Sr. Beaurepaire Rohan.

Para substitull-o no ministerio da guerra, foi nomeado o visconde de Camamú. Esta nomeação importava tornar-me impossivel para a commissão que se pretendia confiar-me, pois era sabido no exercito que o visconde de Camamú era o unico official general do Imperio com quem eu não entretinha relações. A sua nomeação em taes circumstancias me pareceu muito significativa, e, pois, continuel na resolução em que estava de não fazer o sacrificio de partir para o Paraguay, não obstante o meu máo estado de saude. Dias depois, o novo ministro da guerra, para não deixar-me a menor duvida acerca de sua entrada para o ministerio, chamou para o seu gabinete um official-maior da secretaria da guerra que eu havia aposentado, quando fazia parte dos conselhos da Corôa. Despedido por ter sido a aposentadoria decretada contra a sua vontade, escreveu na imprensa uma serie de artigos insultando-me, calumniando-me, bem como ao ministro da guerra dessa época, publicando até segredos da secretaria. Este acto do visconde de Camamú ainda mais me firmou a resolução em que estava.

No dia 14 de Fevereiro de 1865, quando me suppunha, pelo facto da nomeação do successor do Sr. Rohan, dispensado da commissão para que havia sido lembrado, appareceu em minha casa, as 10 horas da manhã, o Sr. presidente do conselho de 31 de Agosto, o nobre senador pelo Maranhão. S. Ex. procurava-me pela primeira vez, pois não tínhamos até então as menores relações, comquanto sempre o respeitasse muito. Disse-me S. Ex.: "Sr. marquez, venho aqui na qualidade de presidente do conselho convidal-o para aceitar o commando em chefe do nosso exercito." Respondi a S. Ex. o que já tinha communicado ao Sr. Rohan, isto é, a resolução que eu havia tomado quando elle se retirou do ministerio. Respondeu-me S. Ex. que sabia das minhas desavenças com o visconde de Camamú, mas não as considerava motivos sufficientes que me impedissem de servir sob suas ordens.

Ora, Sr. presidente, o finado visconde de Camamú era um official que eu nunca desejei ter sob meu commando. Dirigi por differentes vezes o exercito no Sul e no Norte do Imperio, e nunca o quiz ter como meu subordinado: como, pois, nesta occasião e já no ultimo



quartel da vida, havia de ir servir sob suas ordens, quando sabia a má disposição que havia da parte delle para comigo, o que se confirmava pela nomeação do seu official de gabinete? Poderia eu escrever-lhe cartas reservadas para serem depois publicadas? E a força moral de que eu tanto precisava para o bom desempenho de tão importante commissão poderia subsistir, quando meus subordinados sabiam que eu não podia contar com a necessaria confiança do ministro da guerra, pois era notorio no exercito nossas desavenças de muitos annos?

Não era possivel, pois, que eu accettasse o commando que em taes circumstancias me era offerecido. Em vista da minha recusa, S. Ex. formalisando-se, fez-me a seguinte observação: "Atenda que a commissão é militar e que V. Ex., como militar não a pôde recusar." Respondi-lhe com toda a calma: "Sei que sou militar, e que a commissão é militar; mas eu sou militar que goso de immuniidades, das quaes V. Ex. não pôde prescindir. Sou senador do Imperio, e o governo não pôde dispôr de mim sem licença da camara a que pertenço. Procura, portanto, V. Ex. quem vá desempenhar esta commissão, que para mim se tornou impossivel não só pelo máo estado da minha saude, como por falta de accordo com o ministro da guerra."

Retirou-se, então, o nobre ministro, e tomou outra resolução. Nada mais soube das providencias do governo ácerca dos preparativos de guerra, pois nunca fui consultado a tal respeito.

Passaram-se alguns mezes: deixou de existir o ministerio do Sr. Furtado: Sua Magestade resolveu ir fazer uma viagem á provincia do Rio-Grande do Sul, e eu tive ordem para acompanhá-lo. Estava então, Sr. presidente, bem doente; levantei-me da cama para cumprir esse dever. Chegando ao Rio-Grande, seguimos para Uruguayana; alli encontrámos já dous generaes estrangeiros e um brasileiro que se disputavam a primazia do commando. Chegando o Imperador resolveu-se que se apertasse o cerco para apressar-se a tomada da praça, e que se dispuzesse o ataque para dahi a alguns dias, fazendo-se antes um reconhecimento. Foram convidados os generaes estrangeiros que nunca tinham pisado aquelle solo, e alguns outros generaes brasileiros; mas eu fui excluido de assistir ao reconhecimento, eu, senhores, que tinha por duas vezes presidido a provincia do Rio-Grande, que outras tantas vezes havia feito a guerra naquellas regiões e, portanto, até estado acampado nesse mesmo lugar e, como presidente, havia muitos annos mandado traçar o plano da povoação! Doeue-me sobremaneira um tal procedimento; mas resignei-me...

Voltei para o Rio de Janeiro. Mezes depois fui procurado pelo Sr. presidente do conselho, então o Sr. Góes de Vasconcellos. S. Ex. bem, como seu antecessor, não entretinha relações comigo; eu, contudo,



fazia, como ainda hoje faço, bom conceito do seu character. S. Ex., depois que soube do desastre de Curupaity, julgou conveniente entender-se comigo a respeito dos negocios da guerra, tendo sido antes previnido das suas intenções pelo Sr. ministro da justiça, e disse-me que o governo necessitava dos meus serviços no Paraguay; e eu, Sr. presidente, apesar de ter soffrido o que acabei de relatar, não hesitei um momento em pôr-me á sua disposição immediatamente, sem offerecer a menor condição!

O SR. ZACARIAS: — Menos uma.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: — Sim, uma unica; mas essa era indispensavel. Observei a S. Ex., que aceitava o commando de nossas forças em operações, mas com unica condição; e qual era? A de ter a plena confiança do governo.

O SR. F. OCTAVIANO: — Era uma necessidade.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — Era da essencia da cousa; não era uma condição.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: — E cumpre-me dizer, Sr. presidente, que fui tratado pelo ministerio de 3 de Agosto com a maior deferencia possivel. Propuz ao governo algumas duvidas sobre o modo de haver-me ante a autoridade do commandante em chefe dos exercitos alliados, e SS. EEx. me responderam satisfactoriamente a todos os quesitos que formulei.

O SR. ZACARIAS. — Dando instrucções em resposta aos quesitos.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: — Segui para o Paraguay e fui tomar conta do exercito. Relevo agora fazer algumas observações sobre o estado em que o encontrei. Ao entrar no Rio da Prata, a primeira cousa que chamou minha attenção foram dous hospitaes no Estado Oriental, outros dous em Buenos-Ayres, tres em Corrientes, um no Cerrito, um no Itapirú, outro no Passo da Patria e um ultimo em Tuyuty. Já se vê pelo numero dos hospitaes qual poderia ser o numero dos doentes. Era sem duvida nenhuma a terça parte da força do exercito que se achava fóra das suas fileiras.

O 1.º corpo do exercito occupava a linha de Tuyuty, o 2.º estava em Curuzú: não havia mais que 3.000 cavallos e estes não em muito bom estado; a cavalaria do 2.º corpo estava toda apeada; não havia carros sufficientes para se emprehender qualquer movimento; não havia bois para a condução das carretas. Os dous corpos de exercito eram inteiramente diversos em numero e organização; pareciam pertencer a nações differentes; taes eram as disparidades que nelles se notavam. Em cada um delles havia uma economia, uma numeração e uma promoção particular. Havia valores diversos para as etapas; em um pagava-se a etapa por um preço, em outro por outro, etc., etc.



Era preciso, portanto, chamar tudo a um centro, fazendo uma nova organização, e para tudo isto é indispensável o tempo. Fiz a redução dos hospitaes; acabei inteiramente com os de Buenos Ayres e supprimi um em Montevideo, ficando unicamente os tres de Corrientes. Continuei a desempenhar a commissão de que estava encarregado com toda a boa vontade, zelando quanto era possível os interesses dos cofres publicos, e cumpro um dever de lealdade declarando que em todo esse trabalho sempre fui perfeita e completamente auxiliado pelo governo de quem recebi as maiores provas de confiança que era possível receber.

Assim correram as cousas durante os primeiros quatorze mezes. Principiaram depois a apparecer accusações contra a direcção da guerra. Perguntava-se incessantemente: Porque não se ataca Humaitá? Porque não se avança? Para que tantas delongas?

O exercito achava-se no estado já referido. Era necessario organisal-o, disciplinal-o, procurar meios de mobilidade que não havia sufficientes: não obstante, prosseguiam as accusações mais injustas na imprensa, e até na tribuna algumas vozes se erguiam contra o general em chefe. Ora, coicidiam essas accusações com algumas ordens que daqui foram e me pareceram não significar, a mesma consideração com que até ahí havia sido tratado. Minha boa fé suggeriu-me então o receio que o ministerio já não tinha em mim a confiança que até então parecia ter; que algum motivo haveria para suppôr fundadas as accusações, embora injustissimas, que me eram dirigidas.

Julguei que o ministerio, tendo-me confiado o commando de nossas forças no Paraguay, exigindo de mim com instancia o aceitar essa commissão, sentio vexar-me em exonerar-me della, mas que, entretanto, desejaria vêr-se livre de mim por motivos que de todo ignorava, mas que nem porisso deixariam de existir para elle. Nesta persuasão, dirigi uma carta (note-se que já estava doente) dirigi uma carta particular ao Sr. ministro da guerra, em que fazia minhas queixas por essas pequenas cousas que me fizeram desconfiar, e pedia a exoneração do commando. Dizia eu comigo: "se o ministerio não está contente, me demito, mas se estou enganado, se elle está satisfeito com meus serviços, recusa a demissão, e então continuarei a cumprir meu dever enquanto minhas forças o permitirem."

Tal era a minha boa fé que, quando aqui talvez se resolvesse minha demissão, estava em pessoa atacando as obras exteriores de Humaitá, determinando a subida da esquadra, dando assim novo impulso ás operações da guerra. Se eu não fosse, Sr. presidente, como tenho sido sempre, o homem do dever e da lealdade, teria procedido desta maneira?

Não, de certo.



O ministerio recusou a demissão pedida; recebi explicações que satisfizeram completamente e continuei a cumprir meu dever com a mesma dedicação e lealdade. Seguiu-se a marcha do exercito de Pera-Cue para Tebiquary.

O ministerio de 3 de Agosto, por motivo que eu inteiramente ignorava, deixou o poder em 16 de Julho.

Até então sabe o senado a alta consideração com que fui sempre tratado nesta tribuna pelo nobre senador pela provincia da Bahía. Nunca ministro algum me fez os elogios que recebi do nobre ex-presidente do gabinete de 3 de Agosto: mas depois dessa época, S. Ex., não sei porque, declarou-se meu inimigo, procurou por todos os meios mortificar-me, desacreditar-me, assim na tribuna como na imprensa....

Estou tão fatigado, Sr. presidente, que não sei se poderei continuar; entretanto, farei ainda um esforço para dizer mais algumas palavras:

As accusações que dahi por diante me foram dirigidas, já disse, foram respondidas victoriosamente pelos meus generosos amigos; mas como alguns pontos necessitam de mais amplas explicações, pois se baseam em factos de que não podiam ter, como eu, tão cabal conhecimento, julgo conveniente referir-os com todas as circumstancias, para que se restabeleça em tudo a verdade.

Não houve acto por mais insignificante que não fosse considerado grave falta do general em chefe. Accusam-me de ter administrado mal o exercito, de não ter cuidado de sua economia. Disse-se que os presos eram maltratados, metidos no porão de um navio que fazia agua; que não tinham que comer, o rancho não tinha gordura, etc. Sinto, Sr. presidente, que o nobre senador por Goyaz tivesse ido ao Paraguay depois de minha retirada do exercito, e não conhecesse pessoalmente o estado das cousas antes e depois desse tempo, afim de poder comparar as tres phases da guerra. Se podesse fazer essa comparação, se convenceria de que muitas cousas, que teve de censurar, sempre se deram em muito maior escala. Quando cheguei ao exercito qual era o logar que servia de prisão? Encontrei os presos no meio do campo, cercado de sentinellas. Ahi elles não tinham licença para armar barracas, nem para accender fogo; estavam, pois, ao rigor do tempo. Todas as noites de tempestade fugiam aos 10 e 12, e, entretanto, o numero delles não diminuia, porque os pobres soldados que os guardavam eram punidos por essa fuga, ficando em seu logar. Isto continuou por maneira que já não havia officiaes que quizessem encarregar-se desse serviço, preferindo antes ir para os postos mais arriscados da vanguarda. Então julguei conveniente, não só para commodidade dos mesmos presos, como para



segurança delles, tiral-os do logar onde estavam: encarreguel os chefes do estado-maior da esquadra de prepararem um navio com as acomodações necessárias para recebel-os sob a vigilancia de um official superior. Mandei-lhes um médico, um botica, tudo quanto se julgou preciso. Essa prisão ficou sob a fiscalisação de um dos generaes dos corpos do exercito, que estava mais proximo ao logar onde estacionava a esquadra. Como poderia eu, em pontos tão distantes, fiscalizar esse serviço, e o modo de proceder dos meus subalternos a tal respeito? Era possivel que me separasse da frente do exercito, com o inimigo a vista, entregue a cuidados tão graves, para ir á retaguarda examinar o pontão, revistar a comida e commodidade dos presos, depois de ter já dado todas as providencias para o seu bom tratamento?

Não; não era possivel.

Não duvido que houvesse faltas: mas por ellas não posso ser responsavel. Se S. Ex. podesse comparar o que viu como que se dava antes e aconteceu depois se convenceria que o tratamento dos presos nunca foi melhor do que no tempo de minha administração, e e que um general em chefe não pode ser responsavel por actos de seus subalternos, que nem sempre chegam a seu conhecimento, pois nunca tive uma só representação a tal respeito.

Disse-se tambem que eu tinha mandado dar gratificações arbitrarías aos officiaes do meu estado maior quando me retirei. Senhores, isto é uma accusação inteiramente falsa. O Sr. ministro da guerra mandou saber immediatamente que gratificações tinham sido mandadas dar por mim ao retirar-me do exercito, e eu já li no *Diario Official* a resposta que deu a pagadoria e por ella se vê que nem um vintem mais do que o marcado nas tabellas dos vencimentos dos officiaes eu mandei abonar.

Fui tambem accusado de ter promovido officiaes por actos de bravura em numero superior ao do quadro do exercito. Aqui está uma mappa por onde se vê que em 27 mezes que commandei o exercito, isto é, desde 18 de Novembro de 1866 até Janeiro de 1869, promovi apenas 227 officiaes; e tanto não fui além dos limites do quadro, que o meu successor em 11 mezes pode promover 320, excedendo o quadro em 3 maiores apenas. Creio que estes Algarismos fallam bem claro e provam cabalmente a falsidade da accusação.

(Apoiados. Muito bem.)

Senhores, fui tambem muito censurado por não ter incluído nas listas que mandei ao Sr. ministro da guerra, para a distribuição da medalha de merito, a dous officiaes reconhecidamente valentes, como são os Srs. conde de Porto Alegre e coronel Tiburcio.



E, pois que trato deste assumpto referirei o occorrido acerca da creação dessa medalha.

Quando tomei conta do commando do exercito, observei para logo os graves inconvenientes originados da pratica adoptada pelo governo de conceder a praças de pret condecorações que lhes davam honras de capitão. Esta pratica era nociva à disciplina. Soldados que se distinguiam por actos de grande coragem, e que nem sempre eram os mais morigerados, quando se viam, por condecorações, equiparados em honras aos seus capitães, desde logo não queriam mais obedecer aos cabos de esquadra, sargentos e até aos officiaes subalternos de suas companhias, se julgavam em tudo iguaes aos seus capitães (apoiados); dahi provieram resultados terriveis: houve até assassinatos de tenentes e capitães. Não queriam sujeitar-se a certos serviços a que eram destinados; queriam que esses serviços recahissem sobre os outros.

Mil outros inconvenientes ainda se deram, que é inútil enumerar. Representei ao governo referindo todos estes inconvenientes, tão fataes a disciplina, e então lembrei-lhe a conveniencia da creação de uma medalha especial de merito, que só significasse a bravura pessoal, sem dar honras militares.

O governo attendeu á minha representação. Recebendo eu o decreto, e depois as medalhas, tive escrupulos de executal-o, distribuindo-as somente áquelles que se distinguissem da data do decreto em diante. Porque, Sr. presidente, nos exercitos em campanha, logo depois dos primeiros combates, crea-se uma aristocracia de valor; e certos officiaes, e mesmo praças de pret adquirem pelos actos de coragem que praticam credito de valentes; todos os outros os reconhecem como taes. Esses bravos dahi em diante continuam a ser olhados com reverencia por seus companheiros, sem que muitas vezes tenham outras occasiões de se distinguirem de novo, ao passo que outros officiaes menos conhecidos, tendo o ensejo de praticar actos de valor, receberiam a medalha de bravura, por feitos talvez de menor distincção, e que aos outros não poderia ser dada.

Attendendo a estas considerações, representei de novo ao Sr. ministro da guerra, que foi justamente quem no senado notou aquella falta, sobre a conveniencia de se remunerar com a medalha de merito tambem os serviços anteriores ao decreto que a creou. A decisão foi que o decreto não podia ter efeito retroativo; que essa medalha devia remunerar os actos de valor praticados da data de sua creação em diante, tanto mais que os militares que já se haviam anteriormente distinguido tinham, por isso, recebido outras condecorações.



A vista disto, senhores, reconhecendo os inconvenientes da distribuição de medalhas, absteve-me de a fazer, esperando que o governo reconsiderasse a materia.

Remettendo depois ao actual nobre ministro da guerra as relações dos que julgava no caso de obter a medalha de merito, foi ella distribuida a todos, sem se attender à data dos serviços prestados.

Portanto, já se vê que não tive parte alguma na exclusão desses dous officiaes (apolados) e que a minha intenção era inteiramente opposta a que elles não fossem contemplados, e não só estes, como muitos outros.

Senhores, uma das accusações que mais mágoa me causou, foi a de minha retirada do exercito sem licença do governo.

Já no senado foram lidas as communicações que recebi do ex-ministro da guerra, o nobre senador pelo Piauhy, as quaes foram ratificadas por um apoiado que nessa occasião deu S. Ex. com todo o cavalheirismo. Essas communicações importavam uma concessão de licença. E', pois, indubitavel que a tinha desde o ministerio anterior.

Assumindo o poder o actual gabinete, e não sabendo se o nobre ministro da guerra estava inteirado do que a este respeito havia occorrido, tornei a pedir licença ao governo para deixar o commando do exercito, no caso de peiorar o meu estado de saude a ponto de inhabilitar-me para o serviço da guerra. O governo não só concedeu-me a licença pedida como nomeou me successor.

Este successor achou-me no exercito e em misero estado de saude. Entreguei-lhe o commando, como consta da ordem do dia de 18 de Janeiro, e parti para Montevidéo, onde encontrando um dos membros do ministerio que seguia para o Rio da Prata em missão especial, delle soube que o governo imperial me havia concedido licença para vir tratar de minha saude no Brasil, senão obtivesse melhoras naquella cidade, e como as não obtivesse retirei-me para esta Córte.

Accusaram-me tambem de haver-me retirado do exercito, não por doente, apezar de estar plenamente provado o contrario, mas por ter dado a guerra por acabada.

Senhores, nunca dei a guerra por acabada. Apenas manifestei a minha opinião. Depois do que vi, depois do que se passou, eu não podia suppôr que Lopez podesse ainda continual-a do modo como a tinha sustentado até então.



Qual foi o acto que pratiquei, quaes as forças que mandei retirar das posições em que se achavam dando por finda a guerra?

Não ha nenhum.

É certo que os distintos generals os Srs. marquez de Herval e visconde de Itaparica tiveram de ausentar-se; mas quem ignora que se achavam gravemente feridos,

"Velo comigo o chefe do estado-maior." Mas porque? Porque tinha de dar contas ao governo de minha missão, estava gravemente enfermo, nada mais natural do que vir acompanhado do official que melhor podia auxiliar-me no cumprimento daquelle dever, pois se achava ao facto de todos os acontecimentos e podia dar todas as informações que o governo podesse exigir.

O SR. FIRMINO: — Muito bem.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: — Ainda fui accusado de ter trazido meus ajudantes de ordens. Mas quem eram elles Dous pertenciam á guarda nacional do Rio Grande do Sul, e estavam ausentes de suas familias desde o principio da guerra, e os outros, que eram de 1.<sup>a</sup> linha, vieram só acompanhar-me e voltaram immediatamente para seus corpos. O que ha nisto que extranhar? Tanto mais que, como é geralmente sabido, os ajudantes de ordens são considerados como pessoas de familia dos generaes, e sempre delles inseparaveis. Acresce que eu ainda não estava demittido do commando.

Outra accusação: "Ter reduzido os batalhões de voluntários, privando alguns de suas bandeiras." Como havia de proceder depois de batalhas e combates que reduziram alguns corpos a 70 e 80 praças e 2 ou 3 officiaes? Para que serviria um batalhão reduzido a este estado?

Não ha quem desconheça que em taes occasiões é sempre indispensavel a reorganisação dos corpos assim reduzidos. Essa reorganisação era mais uma prova de que eu não considerava a guerra definitivamente acabada, pois nesse caso não haveria necessidade de reorganisar o exercito.

Quanto ás bandeiras, o que havia de fazer? Deixar batalhões com 3 ou 4 bandeiras cada um?

Prohibi, diz-se, aos voluntarios usarem de suas legendas.

Qual a ordem do dia, ou de insinuação alguma nesse sentido? Não as podem apresentar porque nunca existiram.

Senhores, até me accusam de ter lembrado para substituir-me no commando do exercito, o marechal Guilherme Xavier de Souza, considerando-se uma crueldade confiar esta commissão a um general que se achava doente.



Não ha duvida, senhores; quando pedi licença para tratar da minha saude, lembrei a nomeação desse distincto general; mas este não estava com parte de doente, não se levantou da cama para ir tomar o commando do exercito; pelo contrario achava-se desempenhando uma importantissima commissão, qual a de presidente (*apoia-do*) e commandante das armas da provincia do Rio Grande do Sul. (*Apoiados*)

Quem podia desempenhar tão importantes commissões não estava no caso de ir commandar o exercito interinamente? De certo que sim.

Responderel agora á pergunta que me dirigiu o nobre senador pela Bahia, sobre o não ter perseguido a Lopez em Lomas Valentinas, e ao pedido que me fez de vingar a memoria do Sr. visconde de Itaparica e salvar a reputação do Sr. marquez do Herval.

Senhores, a minha ordem do dia de 14 de Janeiro perfeitamente me justifica de não haver perseguido a Lopez depois da batalha de 27 de Dezembro, e bem assim resalva a reputação dos dous bravos generaes já indicados. Entretanto, vou satisfazer ao nobre senador.

Quando, resolvi o movimento que levou o exercito a Santo Antonio, ordenei ao general Argollo, depois visconde de Itaparica, logo que pozesse pé em terra, mandasse occupar a ponte de Itororó. S. Ex. seguiu embarcado ás duas horas da noite com a sua vanguarda do ponto em que nos achavamos no Chaco, em direcção a Santo Antonio, e eu com o Sr. general Herval partimos ás duas horas da tarde. Cheguel ao lugar do desembarque ás quatro horas da tarde, e apenas avistei aquelle bravo general perguntei-lhe immediatamente:

"Já está occupada a ponte de Itororó?" Respondeu-me: Não ... "Porque? repliquei." Soube então que não era possivel occupar a ponte sem se fazer um reconhecimento, mas que não se tinha desembarcado cavallaria sufficiente para emprehender essa operação. Mandei marchar a pouca cavallaria que havia em terra, addicionando-lhe dous batalhões de infantaria. Quando essa força chegou a seu destino, já achou a ponte occupada pelo inimigo. A posição era terrivel. Ninguém conhecia o terreno; eram 4 para 5 horas da tarde, porisso julguei conveniente não atacar logo. Tinhamos de atravessar expessa matta onde o inimigo podia estar occulto, e ignorava-se até de que força dispunha além da matta. Mandei retroceder essa vanguarda e ordenei o ataque para o dia seguinte.

Senhores, nada mais facil, depois dos factos consummados, e conhecido o terreno, a força e manobra do inimigo, de longe e com toda a columna e sangue frio, a vista de partes officiaes, criticas e indicar planos mais vantajosos. (*Apoiados*).

O SR. JOBIM: — Não faltam mestres de obra feita.



O SR. DUQUE DE CAXIAS: — Mas o mesmo não acontece a quem se acha no theatro das operações, caminhando nas trevas, em paiz inteiramente desconhecido, incado de difficuldades naturaes (*Apoiados*). É preciso que os nobres senadores se convençam que a guerra do Paraguay desde o seu começo, foi feita ás apalpadellas. (*Apoiados*). Não havia mappas do paiz por onde me podesse guiar, nem praticos de confiança. Só se conhecia o terreno que se pisava. Era preciso ir fazendo reconhecimentos e explorações para se poder dar um passo.

No dia seguinte, ao amanhecer, marchámos sobre a ponte. Trouvou-se o combate: nossa vanguarda apoderou-se da artilharia do inimigo, mas teve de retroceder em desordem sobre a testa da columna, depois de ter cahido morto o bravo coronel Fernando Machado. Então soube pelo dito de um paraguay que pelo nosso flanco esquerdo havia uma vereda que ia sahir á retaguarda da posição occupada pelo inimigo. Ordenei logo, incontinentemente, ao Sr. marquez do Herval que á testa do 3º corpo seguisse por essa vereda, procurando contornar o inimigo, na supposição de que a distancia, segundo informava o pratico, seria de legua e meia. Mas o que aconteceu? O caminho era pessimo e o illustre General teve de percorrer uma curva de tres leguas de extensão. Demorou-se, portanto, e com toda razão, mais tempo do que eu suppunha.

O combate estava engajado, como já disse; a bateria já tinha sido retomada pelo inimigo, que com ella nos fazia grande damno. Forçoso, pois, era continuar o ataque para nos assenhorearmos della. Effectuou-se segunda e terceira carga: foram feridos no seu posto de honra e retiraram-se do combate os Srs. generaes Itaparica e Gurjão; as forças que elles commandavam tornaram a retroceder em debandada, e vieram sobre a testa da columna em que eu me achava. Que fazer? As circumstancias eram criticas. Eu não sabia, nem podia saber onde se achava o Sr. marquez do Herval, nem que obstaculos teria encontrado, nem que demora podia ter. Duas horas já eram passadas; não havia tempo a perder. (*Apoiados*). A desordem da vanguarda podia comunicar-se á força principal; não vacillei um momento; puz-me á frente de todas as forças e tomei a posição.

Meia hora depois chegou o Sr. marquez do Herval e deu razões que provaram a absoluta impossibilidade de apresentar-se mais cedo. Justificou-se completamente.

Quanto ao Sr. visconde de Itaparica, torno a dizer e que já consta de ordem do dia. Não mandou fazer o reconhecimento pela razão já indicada.

Não é possível, Sr. presidente, fazer idéia adequada das terrenos do Chaco. Durante o tempo secco, criam uma crosta de tres ou quatro palmos de grossura, que permite a passagem de um ou outro



cavalleiro, de uma ou outra carreta, mas se o transito se amiuda e o trafego augmenta, a terra fende-se e cavallo, cavalleiro, carretas e tudo é absorvido por tremendaes insondáveis. Em luta com tantas e tamanhas difficuldades, pisando-se um terreno completamente desconhecido, como se quer exigir impossiveis? Onde está a culpa attribuida aos dous generaes? Póde ser que o meu nobre collega se fosse general e lá estivesse, procedesse de outro modo; eu fiz o que julguei mais acertado.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — O Diario do Exercito disse outra cousa.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: — O que é que disse o Diario do Exercito?

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — Tenho-o aqui.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: — Tambem o tenho.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — V. Ex. refere o reconhecimento de um modo diverso do Diario.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: — Pois bem; V. Ex. agora julgue como quizer.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — Não; julgo como V. Ex. diz.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: — A redacção póde não ser boa, mas o facto é este.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — Julgo pelas palavras de V. Ex.; mas argumentei em boa fé com o Diario do Exercito.

O SR. PRESIDENTE: — Attenção.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: — Perdôe-me; V. Ex. também me accusou em um de seus discursos de que se nossas tropas não entraram em Humaitá, a 16 de Julho, foi porque mandei ordem ao Sr. marquez do Herval para retirar-se, quando já estava dentro de Humaitá. É inexacto; nem dentro de Humaitá esteve nesse dia nenhum dos nossos, nem tal ordem de retirada foi dada; e citou o Diario do Exercito.

O SR. JAGUARIBE: — Apoiado: lembro-me disto.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — Sim senhor.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: — Aqui está o Diario do Exercito. O que diz elle? Inteiramente o contrario do que referiu V. Ex. (Lê.)

"Dous ajudantes de campo, foram então enviados pelo visconde do Herval, com pequeno intervallo de tempo um do outro.

"O primeiro participou a S. Ex. que o mesmo general havia já transposto o primeiro fosso, e que o inimigo parecia apresentar pouca resistência.



"A resposta de S. Ex. foi a seguinte: que procedesse como entendesse conveniente, levando a effeito o assalto, se visse probabilidade disto, sem grandes perdas de nossa parte.

"Neste mesmo sentido mandou S. Ex. expedir um telegramma ao general Argollo.

"O segundo ajudante de campo veio pouco depois participar que o mesmo general já se achava proximo á trincheira; que as nossas perdas já se tornaram consideraveis e que ele aguardava a decisão de S. Ex. para, não obstante, avançar ou recuar.

"Mandou-lhe S. Ex. dizer que deixava ao seu juizo resolver o que entendesse mais acertado, e que se precisasse de mais forças, elle marcharia em seu apoio com as da reserva; devendo, outrossim, considerar que em taes occasiões perdia-se ás vezes mais gente retirando do que avançando.

"Nesta occasião, mandou tambem S. Ex. expedir outro telegramma ao general Argollo, determinando-lhe que levasse a effeito o assalto, e fizesse seguir a seu destino a brigada que se tinha mandado embarcar.

"Acabava, porém, esta ordem de ser expedida, quando S. Ex. recebeu aviso de que vinha o visconde do Herval retirando; pelo que mandou immediatamente desfazê-la.

"Este general tinha já soffrido muitas perdas, e vendo que a resistencia do inimigo se tornava tenaz, julgou conveniente contramarchar, uma vez que já havia conseguido o reconhecimento ordenado ..."

Eis o que houve. O Sr. marquez do Herval, cumpriu seu dever, fez e procedeu como entendeu e procedeu bem. Não retirou-se em consequencia de ordem minha; mas usando do arbitrio que eu lhe havia confiado. Esta é a verdade.

Este *Diario* foi publicado no exercito ha dous annos; o Sr. marquez do Herval é um general de pundonor e brio, não deixaria pairar sobre sua honra a menor suspeita; se lhe eu tivesse faltado á justiça, não deixaria de reclamar em tempo. (*Apoiados*). Nunca o fez e antes continua a conservar comigo as mais intimas relações de amizade.

Passo a outro assumpto. Perguntou-me tambem o nobre senador pela provincia da Bahia, porque não perseguia a Lopez no dia 27 de Dezembro.

Senhores, não persegui a Lopez por muitas razões: 1ª, porque eu não podia saber por onde Lopez fugiria. O exercito inimigo desfez-se na frente do nosso. Ahi está o depoimento do chefe de estado-maior do exercito paraguayo; é elle quem declara que Lopez se escapara pela



picada do Potreiro Marmoré com 60 cavalleiros. Como o havia de perseguir em uma circunferência de tres leguas que comprehendia a área das operações?

Eu estava em um ponto, Lopez fugiu pelo outro, mettendo-se pela matta; como persegui-o? Todavia, nesses logares eu tinha mandado collocar cavallaria, mas elle podia passar pela matta sem que a cavallaria o presentisse. Um grupo de 60 homens em um grande combate passa desaperebido. Além disto, esse grupo internou-se em uma matta que ninguem sabia que dava transito. Tinha de mais á minha retaguarda Angostura, com 15 peças de artilharia e 2.000 homens pouco mais ou menos de guarnição; como havia de entranhar-me com o exercito por esses caminhos desconhecidos? Não era possivel, sobretudo estando em nossa retaguarda Angostura occupada pelo inimigo. Entretanto uma partida teve ordem de explorar a matta e trouxeram della muitos fugitivos. Naquelle occasião ninguem sabia por onde se tinha escapado Lopez; só tres dias depois é que se soube a direcção que elle tinha tomado, quando alguns officiaes, dos 60 cavalleiros que o acompanharam, deixando-o em caminho, se me vieram apresentar, e disseram que Lopez se dirigia para Ascurra; mas eu não podia confiar ainda inteiramente em taes noticias.

Hoje nada é mais facil do que discorrer sobre a maneira de se ter agarrado Lopez (*apoiados*); mas la quem é que sabia onde elle estava, em tão consideravel extensão de terreno occupado pelas forças combatentes?

Depois de tres semanas de continuos combates, em que estado não achariam o exercito, os soldados, os cavallos, munições, e até o próprio armamento?

Não estando concluida a manobra, voltei sobre Angostura, obri-guei essa praça a render-se; não tive mais inimigos a combater. A navegação do rio ficou completamente desembaraçada e franca.

Marchei então para Assumpção onde me constava que havia alli ainda 2.000 homens ás ordens de Caminos.

Ceguei a essa capital no dia 5 de Janeiro, tendo mandado occupar-a no dia 1.º Tres dias depois adoeci gravemente.

Tendo chegado o general que devia substituir-me, entreguei-lhe o commando das forças que alli se achavam.

Entendi que não devia permanecer na Assumpção, porque essa permanencia, além de aggravar o máo estado de minha saude, seria um embaraço para meu successor.

Um general da minha idade e graduação, tendo occupado o logar que occupei, permanecendo na localidade em que está outro, aquelle que o vae substituir interinamente, quem quer que elle seja, este nada



resolve sem que o outro seja ouvido; taes eram meus soffrimentos que não me julgava em circumstancias de dar conselhos: necessariamente minha presença havia de perturbar a marcha do serviço. Assim, julguei que devia retirar-me immediatamente para Montevideo, que era ainda districto do exercito, e ahi aguardar as ultimas ordens do governo. Eu já tinha duas licenças, uma do Sr. Paranaguá e outra do Sr. barão de Muritiba.

Tenho ainda muita cousa a dizer, mas estou tão fatigado...

O SR. MINISTRO DA MARINHA: — Descanse um pouco.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: — Senhores, ainda direi alguma cousa para esclarecer ao meu collega (o Sr. Silveira Lobo) sobre uma accusação que me dirigiu na melhor boa fé.

Sr. presidente, até se me quiz fazer um crime de haver trazido do Paraguay os animaes de meu uso. Os meus amigos não deram grande apreço a esta accusação; mas nem porisso deixarei de defender-me.

E' verdade que assim pratiquei. Estava no meu direito. Se o nobre senador soubesse isto não me faria a accusação que fez.

Os officiaes montados teem direito á cavalgadura quando encarregados de qualquer commissão. Recebem na pagadoria das tropas o valor dos cavallos e bestas de bagagem.

O SR. SILVEIRA LOBO: — Perdôe-me; não foi pelos animaes, foi pelo transporte ser caro.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: — Quero apenas explicar o facto; nenhuma animosidade tenho contra o nobre senador, não.

Esses officiaes, como ia dizendo, quando são nomeados para alguma commissão teem direito á cavalgaduras, e as recebem em dinheiro na pagadoria das tropas. Se elles, as quizesem comprar aqui e exigissem do governo o transporte, o governo teria obrigação de lh'o, dar. Mas nunca acontece isto, quando as commissões são para o Sul do Imperio, pois neste caso ninguém compra animaes aqui, todos levam dinheiro e lá o compram. Se o official serve cinco annos na commissão para que foi nomeado, não restitue o valor do cavallo; mas se serve menos tempo, quando volta, a thesouraria lhe desconta no soldo pela 5.<sup>a</sup> parte até que pague o valor, pelo qual ainda está responsavel. Por consequencia, se quizer trazer consigo as suas cavalgaduras, o governo tem restricta obrigação de lhes proporcionar transporte, porque ellas não são propriedade do official e sim da nação.

Eu tinha o direito de trazer 6 cavallos e 12 bestas de bagagem; trouxe 3 cavallos e 4 bestas; crelo que não fui além daquillo que podia fazer; e ainda soffro em meu soldo o desconto do valor desses animaes,



por isso que não estive na campanha cinco annos. Acredito que se o nobre senador soubesse destas circumstancias não me faria a accusação que fez.

E isto que pratiquei, praticaram todos os meus antecessores e o meu successor, e ninguém fez a respeito delles o menor reparo; todos os julgaram em seu perfeito direito. O que para elles era licito, permittido expressamente pela lei, praticado por mim foi reputado um crime.

O SR. FIRMINO: — Apolado.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: — Senhores, ainda ha uma accusação que muito me penalizou. O nobre senador pelo provincia de Goyaz imputou-me um facto de grave negligencia, isto é, não ter mandado recolher as armas dos nossos soldados que morreram ou foram gravemente feridos, e, as deixara, porisso, nos campos da batalha de Lomas Valentinas, proporcionando assim a Lopez o poderoso auxilio de mandar recolher essas armas, com as quaes, depois de derrotado, pôde continuar a guerra contra nós.

Senhores, esta accusação é muito grave; tão grave quanto infundada. Mas, felizmente para minha defeza, está acabada a guerra. Já foi recolhido todo o armamento que havia em poder do inimigo; quantas armas brasileiras se acharam? Resquin no seu depoimento diz que apenas foram encontradas 500 sem declarar a que nacionalidade pertenciam; um boletim do exército referindo-se ao dito de um passado do inimigo não indicou o numero.

Seria com estas 500 armas que Lopez pôde sustentar a guerra por mais um anno? Não é de suppor.

Procurei depois indagar se algumas armas brasileiras tinham sido encontradas nos últimos despojos do inimigo; escrevi a varios chefes dos mais competentes pedindo informações a este respeito, e elles me responderam que nenhuma arma nossa tinha sido encontrada. Pode haver reputação mais completa de semelhante accusação? Certo que não. Duvida nenhuma pode pairar a este respeito.

Estou intimamente convencido que o meu nobre collega foi illudido pelas informações inexactas que teve, pois, a não ser assim, a não se ter abusado de sua boa fé, era impossivel que dirigisse tão grave accusação contra um general velho, que serve a seu paiz há mais de meio seculo.

Senhores, o senado sabe que não tenho o habito da tribuna.

VOZES: — Tem fallado muito bem.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: — Se o meu estado de saude era pessimo ao retirar-me do Paraguay, hoje não está ainda de todo restabelecida. Paro aqui, por ora; se for preciso darei depois outros esclarecimentos. (Muito bem. Perfeitamente).



# A Conjuntura Brasileira e o Panorama Econômico Mundial

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN  
Conferência pronunciada na Escola  
Superior de Guerra no corrente ano

É do conhecimento geral que as condições da economia mundial se deterioraram sensivelmente desde o início de 1974 com a crise do petróleo, com o surgimento de problemas de inflação, balanço de pagamentos e desemprego no bloco desenvolvido. Sabe-se, também, que a crise internacional refletiu-se sobre a economia brasileira, embora a tônica do atual Governo tenha sido a de envidar todos os esforços no sentido de minimizar esses impactos desfavoráveis. Pretendo nesta palestra descrever esses dois problemas e tecer algumas considerações sobre os rumos que deverão orientar a economia brasileira nos próximos anos.

Até 1973 os países desenvolvidos foram bafejados por uma onda de crescente prosperidade, que culminou com um crescimento real de 6,2% do produto dos países da OECD em 1973. As perturbações monetárias e a inflação também se foram agravando, a alta geral de preços tendo atingido a casa dos 7% em 1973. A crise do petróleo, em 1974 subverteu por completo a ordem econômica internacional, duplicando as taxas de inflação, provocando *deficits* sem precedentes na conta-corrente dos países desenvolvidos e provocando em alguns a estagnação, em outros a recessão.

Entre março de 1974 e março de 1975 a maior parte do mundo desenvolvido experimentou um fenômeno para ele inteiramente novo, o da chamada inflação de dois dígitos. As-



sim, a alta dos preços ao consumidor chegou a 10,3% nos Estados Unidos; 11,3% no Canadá; 13,5% na França; 14,2% no Japão; 20,3% na Itália; 21,2% na Grã-Bretanha (Quadro I). É fácil imaginar o trauma que tais ritmos de inflação iriam causar a sociedades acostumadas à relativa estabilidade monetária. Ao mesmo tempo, o aumento brutal nas contas de importação do petróleo levou os países da OECD, na sua tradicional posição superavitária em conta-corrente para um déficit da ordem de 13,2 bilhões de dólares em 1974.

### QUADRO I

#### AUMENTO DO ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

(MARÇO DE 1974 A MARÇO DE 1975)

<i>País</i>	<i>(%)</i>
Alemanha Ocidental .....	5,9
Suécia .....	7,3
Suíça .....	8,3
Áustria .....	9,2
Portugal .....	9,7
Holanda .....	10,0
Estados Unidos .....	10,3
Luxemburgo .....	10,5
Canadá .....	11,3
Noruega .....	11,8
Dinamarca .....	13,4
França .....	13,5
Grécia .....	14,2
Japão .....	14,2
Bélgica .....	14,4
Espanha .....	18,0
Finlândia .....	18,5
Itália .....	20,3
Grã-Bretanha .....	21,2
Turquia .....	25,0

Para conter a inflação e corrigir os desequilíbrios do balanço de pagamentos, os países desenvolvidos apelaram, em maior ou menor escala, para as medidas clássicas de contenção monetária e fiscal. Ao mesmo tempo, procuraram restringir



em apreciável escala o consumo de petróleo e derivados. Ambas essas medidas, no entanto, iriam provocar inevitáveis impactos recessivos. A economia de combustíveis levou a crise à indústria automobilística, e, como consequência, aos inúmeros setores dependentes. A incerteza quanto ao emprego levou à recessão a construção civil. O aperto da liquidez real, por sua vez, serviu como um freio global à expansão da atividade econômica. Assim, já em 1974, os países da OECD apresentaram, em seu conjunto, uma queda de 0,2% no seu produto real, em comparação com os 6,2% de crescimento em 1973. Alguns países, como o Canadá, a França e a Itália ainda conseguiram sustentar taxas de crescimento superiores a 3%. Em compensação, na Alemanha Ocidental o produto Real aumentou de apenas 0,4% e nos Estados Unidos e no Japão registraram-se quedas de, respectivamente 2,1% e 1,8%.

Uma análise do comportamento recente da economia mundial aponta os seguintes aspectos principais:

a) os países desenvolvidos conseguiram melhorar seus balanços de pagamentos muito mais depressa do que se poderia crer. Em 1974 esses países apresentaram na sua conta-corrente um déficit de 13,9 bilhões de dólares, resultante da combinação de um superavit em conta-corrente de 12,1 bilhões de dólares da Alemanha Ocidental com um déficit de 26,0 bilhões dos demais países. Os maiores déficits se registraram na Grã-Bretanha (8,2 bilhões), Itália (6,8 bilhões), França (5,5 bilhões), Japão (4,5 bilhões) e Canadá (2,1 bilhões) (Quadro II); estima-se que no corrente ano o déficit total desses países em conta-corrente se reduza a 1,3 bilhões; essa estimativa pressupõe alguma piora do balanço no segundo semestre como resultado de uma certa recuperação econômica. Com efeito, no primeiro trimestre, o que se verificou foi um superavit de 3,5 bilhões de dólares na conta-corrente desses países (Quadro III);

b) em matéria de taxa de inflação projeta-se uma certa melhoria para 1975, exceto nos casos da Itália e da Ingla-



## QUADRO II

## SALDOS EM CONTA-CORRENTE

(EM BILHÕES DE DÓLARES)

	1973	1974	1975 (Projeção)
1) Países da OPEP .....	5,7	70,0	52,6
2) Países Industriais .....	9,2	— 13,9	— 1,3
Canadá .....	— 0,5	— 2,1	— 4,9
Estados Unidos .....	2,4	1,4	2,5
Japão .....	—	— 4,5	0,7
França .....	— 0,1	— 5,5	— 3,3
Alemanha Ocidental .....	6,8	12,1	12,3
Itália .....	— 1,3	— 6,8	— 3,0
Grã-Bretanha .....	— 1,9	— 8,2	— 4,8
Outros .....	3,8	— 0,3	0,6
3) Países Intermediários .....	1,3	— 13,5	— 11,5
4) Países Subdesenvolvidos .....	— 8,9	— 27,2	— 35,7
5) Outros Países (fora do FMI) .....	— 7,3	— 15,4	— 4,1

## QUADRO III

## SALDOS EM CONTA-CORRENTE

(EM BILHÕES DE DÓLARES)

País	4º Trimestre/1974	1º Trimestre/1975
Estados Unidos .....	— 1/4	+ 1 1/4
Canadá .....	— 1	— 1 1/4
Japão .....	0	+ 1/2
Bélgica—Luxemburgo .....	+ 1/4	+ 1/2
França .....	— 3/4	0
Alemanha Ocidental .....	+ 2 1/2	+ 2 1/2
Itália .....	— 2	— 1/2
Holanda .....	+ 1/2	+ 3/4
Grã-Bretanha .....	— 2 1/4	— 3/4
TOTAL .....	— 3	+ 3 1/2



terra. A redução do ritmo inflacionário, todavia, deverá processar-se num ritmo bem mais lento do que o da redução dos *deficits* em conta-corrente, pelos efeitos de realimentação e pela pressão dos sindicatos (Quadro IV);

#### QUADRO IV

##### AUMENTO ANUAL DO DEFLATOR IMPLÍCITO DO PNB (%)

<i>País</i>	<i>Média Anual 1960/1970</i>	<i>1972</i>	<i>1973</i>	<i>1974</i>	<i>1975 (Projeção)</i>
Canadá .....	3,0	5,0	7,6	13,1	11,1
Estados Unidos ....	2,7	3,4	5,6	10,3	9,3
Japão .....	4,8	5,0	11,1	20,9	12,6
França .....	4,3	6,0	7,2	9,6	9,0
Alemanha Ocidental	3,5	5,9	5,9	6,6	6,3
Itália .....	4,4	5,9	10,3	16,3	19,3
Grã-Bretanha ....	4,3	7,7	7,4	12,6	23,3
Outros países indus- trializados . . . .	4,5	7,3	7,9	9,8	10,0
MÉDIA OECD ....	3,4	4,8	7,0	11,7	10,8

c) a melhoria do balanço de pagamentos e da inflação deveu-se a três fatores básicos: i) às políticas monetárias e fiscais bastante restritivas adotadas pelos países desenvolvidos; ii) às medidas de economia de energia, muito facilitadas pelo inverno brando no hemisfério norte; iii) ao aumento das importações dos países da OPEP, em ritmo muito mais veloz do que se poderia prever;

d) o combate à inflação e ao desequilíbrio no balanço de pagamentos levou os países desenvolvidos à mais profunda crise econômica desde a década de 1930 (Quadro V). Como se disse, já em 1974 os países da OECD apresentaram uma queda de 0,2% no seu produto real, contra um crescimento de 6,2% em 1973. Para 1975 prevê-se uma queda média de 1,1% no produto real desses países, sendo a mais acentuada a de 4,0% nos Estados Unidos. Atualmente o problema mais angustiante desses países é o do desemprego, o qual chegou a 4% na França, 5% na Alemanha e 9% nos Estados Unidos.



e) a melhoria do balanço de pagamentos e a contenção da inflação levou naturalmente esses países a procurarem ativar as suas economias via políticas monetária e fiscal. Há esperanças de uma recuperação no segundo semestre do corrente ano, mas os resultados ainda são incertos, particularmente nos Estados Unidos;

## QUADRO V

### TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO REAL (%)

<i>País</i>	<i>Méd. Anual 1960/1970</i>	<i>1972</i>	<i>1973</i>	<i>1974</i>	<i>1975</i> <i>(Projeção)</i>
Canadá .....	5,2	5,8	6,8	3,7	— 0,7
Estados Unidos .....	4,0	6,2	5,9	— 2,1	— 4,0
Japão .....	11,4	8,7	10,2	— 1,8	2,3
França .....	6,0	5,7	6,0	3,9	1,8
Alemanha Ocidental .....	4,9	3,4	5,3	0,4	0,5
Itália .....	5,7	3,1	6,3	3,4	— 2,0
Grã-Bretanha .....	2,7	3,4	5,4	0,3	0,8
Outros Países Industrializados	4,9	4,7	4,2	2,7	1,1
MÉDIA OECD .....	4,8	5,7	6,2	— 0,2	— 1,1

f) os países dito “intermediários” (Austrália, Finlândia, Grécia, Islândia, Irlanda, Malta, Nova Zelândia, Portugal, África do Sul, Espanha, Turquia e Iugoslávia) tiveram no ano passado um déficit em conta-corrente de 13,5 bilhões de dólares; segundo as projeções do F.M.I., esse déficit deverá, no corrente ano, reduzir-se para 11,5 bilhões;

g) os países subdesenvolvidos, que no ano passado apresentaram 27,2 bilhões de dólares de déficit em conta-corrente, deverão, no corrente ano, piorar o seu saldo negativo para 35,7 bilhões. É provável que surjam problemas de financiamento desse déficit, sobretudo para os países de renda mais baixa;

h) um resultado da recessão foi a considerável melhoria da liquidez internacional por falta de tomadores de empréstimos. Assim, a “prime rate” dos Estados Unidos baixou



do pico de 12% em agosto do ano passado para 7,5% em março deste ano. A "London Interbank Rate", que esteve acima de 13%, encontra-se abaixo de 7% no momento. Esse é, aliás, o ciclo normal das taxas de juros em resposta a uma política de aumento da liquidez, como a que foi praticada pela maioria dos países desenvolvidos no ano passado. Numa primeira fase, em que os investimentos persistem em alto nível por compromissos anteriores, as taxas de juros sobem consideravelmente. Numa segunda etapa, a baixa de investimentos e a conseqüente redução do nível de atividade econômica provoca a folga da liquidez e a redução do custo do dinheiro. É possível, todavia, que a recuperação internacional, no segundo semestre, piore a liquidez e aumente as taxas de juros.

Seria utópico imaginar que o Brasil pudesse escapar, sem arranhões, a toda essa tormenta internacional. A orientação do Governo tem sido a de reduzir ao mínimo esses impactos vindos do exterior, preservando o quanto possível a taxa de crescimento da atividade econômica a curto prazo e, sobretudo, mantendo um alto nível de investimentos capaz de assegurar o futuro dinamismo da economia brasileira.

Como se sabe, o primeiro impacto da conjuntura internacional sobre o nosso desempenho econômico em 1974 foi o recrudesimento das pressões inflacionárias. Para citar um único indicador, o índice geral de preços, durante o ano, subiu de 34,5%, taxa superior a todas aquelas que vinham sendo registradas desde 1967. Esses 34,5%, todavia, resultaram de duas tendências nitidamente distintas ao longo do ano. Uma, de inflação acelerada, no primeiro semestre, quando os preços subiram, em média, de 3,5% ao mês. E uma outra bem mais branda, correspondente a uma alta média mensal de 1,6% na segunda metade do ano. A queda do ritmo inflacionário no segundo semestre não foi, obviamente, obra do acaso, mas da fiel execução do programa de combate à inflação aprovado pelo Presidente Geisel em abril de 1974.

O primeiro instrumento clássico utilizado para o combate à inflação foi a contenção da expansão dos meios de



pagamento. Desde meados do ano passado, essa política vem sendo guiada pelos orçamentos aprovados pelo Conselho Monetário Nacional, os quais procuram conciliar o declínio do ritmo inflacionário com a sustentação de um nível satisfatório de crescimento econômico. Em 1974 foi necessário desdobrar a política monetária em duas fases: a primeira, correspondente a uma dieta de emagrecimento, se estendeu até setembro, com vistas a debelar as excessivas tensões inflacionárias. Já no final do ano, com a inflação sob controle, foi possível aumentar significativamente a liquidez real do sistema econômico. Ao longo do ano a expansão de meios de pagamento situou-se em 34% — cifra extremamente próxima dos 35% previstos no orçamento monetário. Já os empréstimos ao setor privado subiram em proporção bem superior às previsões. Entre 31 de dezembro de 1973 e 31 de dezembro de 1974, os empréstimos ao setor privado concedidos pelo Banco do Brasil aumentaram de 77,5%, e os dos bancos comerciais, de 44,7%; no total, o aumento de empréstimos bancários ao setor privado situou-se em 57,2%. A possibilidade de aumentar esses empréstimos bem além das previsões, sem romper a meta de expansão de meios de pagamentos, deveu-se a dois fatores contracionistas não previstos no Orçamento Monetário: a queda de reservas cambiais e o aumento dos recursos próprios das Autoridades Monetárias, bem além das estimativas. O *superavit* do Tesouro também exerceu impacto contracionista, mas foi compensado pela menor colocação de títulos federais junto ao público (ORTNs e LTNs).

Para 1975, o novo Orçamento Monetário, aprovado em janeiro, prevê uma expansão de 30% nos meios de pagamento, com uma distribuição bem mais metódica da liquidez ao longo do ano. A expansão global dos empréstimos ao setor privado pelo sistema bancário está programada em 42,2%, sendo 51,4% para o setor rural e 37,5% para as demais atividades.

Na realidade, no início de 1975 o problema que surgiu não foi o de conter a expansão, mas a queda dos meios de pagamento. Devido a oscilações imprevistas nas contas liga-



das ao Governo e ao comércio exterior, nos dois primeiros meses do ano a oferta monetária contraiu-se de 7,2%, com reflexos recessivos sobre vários setores do comércio e da indústria. Os instrumentos convencionalmente utilizados para a injeção de meios de pagamentos, como as operações de "open-market", se mostravam impotentes para neutralizar uma queda desse porte. A solução encontrou-se na inventiva brasileira, que descobriu um novo instrumento de política monetária: o refinanciamento compensatório, que é concedido pelo Banco Central aos Bancos Comerciais, na proporção dos seus depósitos, à taxa atrativa de 6% ao ano e sem correção monetária. Trata-se de uma espécie de anti-redesconto: o redesconto é um empréstimo que se concede aos bancos comerciais a taxas punitivas, por terem emprestado demais. O refinanciamento compensatório é concedido a taxas atrativas pelo fato de os bancos, por motivos alheios à sua vontade, terem emprestado de menos. Com esse novo instrumento, desaparece qualquer perigo de uma nova crise de liquidez. E o volume em circulação desses refinanciamentos, que podem ser renovados, ampliados ou contraídos, representa uma excelente massa de manobra para uma execução precisa do Orçamento Monetário.

O segundo instrumento de combate à inflação foi a política fiscal, a qual vem sendo conduzida de modo a manter o orçamento da União em equilíbrio (em 1974, de fato, registrou-se um superavit de caixa, mas essa não será a pretensão do Governo para os próximos anos), e a melhorar o nível de equidade e funcionalidade do sistema tributário. Em 1974 foram introduzidas reformas bastantes profundas na legislação do Imposto de Renda, no tocante ao aumento da faixa de descontos na fonte, à melhor disciplina da correção monetária e da manutenção do capital de giro, à eliminação de incidências na transferência de lucros entre empresas, e aos incentivos fiscais às pessoas físicas e jurídicas. Nesse campo, poucas modificações se podem prever para 1975, e dentro em breve deverá ser publicado um novo Regulamento do Imposto de Renda consolidando a legislação existente. Entre as modificações a serem introduzidas, resta apenas uma de grande



importância, em tramitação no Congresso Nacional: a uniformização da tributação dos lucros das Sociedades de Economia Mista. Nesse sentido, há que se respeitar o dispositivo constitucional que determina que as empresas públicas que exerçam atividade não monopolizada tenham o mesmo tratamento fiscal das empresas privadas. Quanto aos impostos indiretos, o Governo tem procurado utilizá-los com flexibilidade, de modo sobretudo a incentivar as exportações de produtos industriais e a aquisição de máquinas de produção nacional e a ativar a demanda nos setores que eventualmente demonstrem capacidade ociosa. Nesse sentido, há que registrar o Decreto-lei n.º 1.335, o qual estendeu às vendas de máquinas de fabricação nacional os incentivos às exportações, sempre que se verificar acordo na CACEX; as recentes reduções do IPI sobre têxteis, eletrodomésticos, móveis, calçados e outros produtos industriais que encontravam dificuldades de mercado; e as inúmeras providências administrativas do Ministério da Fazenda ampliando a gama dos incentivos às exportações.

Um terceiro elemento do programa antiinflacionário foram os controles de preços pelo CIP e pena SUNAB. Esses controles representam um instrumento auxiliar importante de combate à inflação, na medida em que colaboraram para a reversão de expectativas para impedir manobras altistas de oligopólio. Os controles, todavia, para se mostrarem eficazes, devem passar por dois testes: a) assegurar adequada remuneração aos produtores; b) não gerar desequilíbrio de oferta e procura. As listas de preços máximos CIP — SUNAB nos supermercados têm funcionado satisfatoriamente dentro dessa orientação, contribuindo para freiar os aumentos do custo de vida. Os controles de preços industriais pelo CIP, por sua vez, têm caminhado para uma sistematização bem mais racional, com a ampliação dos setores em liberdade vigiada e com a elaboração de matrizes de custos para os acordos setoriais. Para orientar as empresas o CIP publicará, dentro em breve, um manual de critérios de reajustes.

Graças a esse conjunto de medidas já estamos claramente na fase descendente do processo inflacionário (Quadro VI).



No primeiro semestre de 1974, os aumentos no índice do custo de vida no Rio de Janeiro, do índice geral de preços por atacado e do índice geral de preços foram, respectivamente, de 20,8%, 23,3% e 22,6%. No primeiro semestre de 1975 esses aumentos caíram para, respectivamente, 13,5%, 12,1% e 12,8%. Como conseqüência, os indicadores da inflação dos últimos doze meses registraram apreciável queda em relação ao ano calendário de 1974. Entre dezembro de 1973 e dezembro de 1974 os três índices citados subiram de, respectivamente, 33,8%, 35,4% e 34,5%. Já de junho de 1974 a junho de 1975, essas taxas caíram para 25,5%, 23,1% e 23,9%. É importante notar que esse declínio do ritmo inflacionário foi conseguido ao mesmo tempo em que se colocava em vigor uma fórmula de política salarial bem mais equitativa do que a anteriormente vigente, a qual vem corrigindo automaticamente as subestimativas do resíduo inflacionário registradas no passado. Ressalte-se ainda que o instituto da correção monetária neutraliza grande parte das distorções classicamente associadas à inflação: 25% de inflação anual com indexação provavelmente representam fenômeno bem menos alarmante do que 10% de alta de preços num país cuja legislação se baseie na presunção da estabilidade monetária.

#### QUADRO VI

#### INDICADORES DA INFLAÇÃO

<i>Índices</i>	<i>Aumentos Percentuais no 1.º Semestre</i>	
	1975	1974
Custo de Vida — Rio .....	13,5	20,8
Geral de Preços por Atacado .....	12,1	23,3
Geral de Preços .....	12,8	22,6

<i>Índices</i>	<i>Aumentos no Período de 12 Meses</i>	
	Dez 73/Dez 74	Jun 74/Jun 75
Custo de Vida — Rio .....	33,8	25,5
Geral de Preços por Atacado .....	35,4	23,1
Geral de Preços .....	34,5	23,9

O segundo impacto da crise externa sobre a economia brasileira processou-se no balanço de pagamentos. Em 1974,



apesar das dificuldades do quadro internacional, nossas exportações não decepcionaram, chegando a quase 8 bilhões de dólares. As importações, todavia, foram muito além das expectativas, atingindo a casa dos 12,5 bilhões de dólares. Assim, de um balanço de pagamentos tradicionalmente próximo ao equilíbrio saltamos para uma posição deficitária de 4,6 bilhões de dólares. A alta dos preços do petróleo justificava naturalmente um *deficit* de 2 bilhões. Os 2,5 bilhões restantes resultaram de um substancial aumento de importações de aço, produtos químicos, papel e celulose, metais não ferrosos e bens de capital. Um diagnóstico sumário desse excesso de importações aponta que ele se originou em três fatores: a) no grande volume de importações governamentais; b) na formação de estoques especulativos de certos produtos, como aço e fertilizantes; c) na superexcitação da demanda global no primeiro semestre de 1974. Somando-se o *deficit* dos serviços, chegou-se a um *deficit* em conta-corrente da ordem de 6,9 bilhões de dólares. O financiamento desses *deficit* não causou maiores problemas, devido ao ingresso líquido de cerca de 5 bilhões de capitais de empréstimo e 900 milhões de dólares de capital de risco. Os níveis de endividamento externo no final de 1974 — 17,3 bilhões de dólares de dívida bruta e 12,1 bilhões de dívida líquida — também estão longe de causar apreensão ou de se aproximar de qualquer nível crítico; a dívida se encontra bem escalonada e o coeficiente dívida líquida/exportações, da ordem de 1,5, mantém a excelente credibilidade externa do país.

Como percentagem das exportações, os encargos de amortização e juros são até menores hoje do que há poucos anos atrás. O problema fundamental está em que um *deficit* em conta-corrente de 6,9 bilhões de dólares pode ser tolerado num ano de transição, mas não pode ser repetido por anos consecutivos, sob pena de o país se endividar em bola de neve. Toda a política econômica dos próximos anos terá que se condicionar à redução desse *deficit* à sua configuração normal, e à eliminação do seu principal componente, o *deficit* comercial.



Um desequilíbrio comercial de 4,6 bilhões de dólares, como o que exibimos no ano passado, não se corrige por medidas unilaterais. Temos que atacá-lo nas duas frentes, contendo as importações e estimulando as exportações. As novas condições da economia mundial recomendam, para o Brasil, um esforço concentrado de substituição de importações, particularmente nas áreas do petróleo, de siderurgia, de metalurgia não ferrosa, da indústria química e de fertilizantes, do papel e celulose e da produção de bens de capital, nas linhas traçadas no II PND. As recentes descobertas de recursos naturais tornam, nesse sentido, extremamente pujantes as perspectivas da economia brasileira para o final da década. Substituição de importações, todavia, é processo que demanda tempo; que, pela experiência histórica, não chega a conduzir à queda do nível das importações, mas apenas suaviza a sua taxa de crescimento; e, mais ainda, que numa primeira etapa, enquanto se implantam os projetos, exige importações adicionais de equipamentos. Em suma, o esforço de substituição de importações não dispensa outras medidas de curto prazo de contenção das compras externas, e terá que ser necessariamente acompanhado de fortes estímulos ao aumento de exportações.

As medidas de curto prazo tomadas para a contenção das importações são bem conhecidas: a orçamentação das compras governamentais no exterior, as quais deverão situar-se aproximadamente 10% abaixo dos níveis registrados em 1974; a elevação das alíquotas aduaneiras para as importações menos essenciais; os programas de desestocagem de vários produtos, como aço e fertilizantes; e a exigência de pagamento à vista de inúmeras importações, inclusive todas aquelas com alíquotas aduaneiras acima de 37%. As estatísticas dos primeiros meses de 1975 mostram que essas medidas estão surtindo os efeitos desejados. A média mensal das importações tem-se mantido em torno de 1 bilhão de dólares, não obstante o apreciável crescimento do item "bens de capital" — um saudável indicio de que os investimentos per-



**QUADRO VII**  
**PRINCIPAIS IMPORTAÇÕES — JANEIRO A MAIO**

ITEM	QUANTIDADES (TONELADAS)			VALORES (US\$ 1.000,00)		
	1974	1975	Variação (%)	1974	1975	Variação (%)
Cereais .....	841.240	248.952	- 70,4	177.294	53.231	- 70,0
Combustíveis minerais .....	14.987.088	15.827.515	+ 5,6	1.126.297	1.238.903	+ 10,0
Fertilizantes .....	1.372.135	646.907	- 52,9	135.393	102.142	- 24,6
Outros Produtos Químicos .....	739.110	742.757	+ 0,5	456.326	472.655	+ 3,6
Borracha e Plásticos .....	142.039	107.052	- 24,6	149.284	118.141	- 20,1
Papel e Celulose .....	270.523	149.948	- 44,6	110.360	94.852	- 14,1
Materiais têxteis .....	31.918	25.428	- 20,3	78.105	45.106	- 42,2
Ferro e Aço .....	1.675.357	1.652.875	- 1,3	505.010	710.329	+ 40,7
Materiais não Ferrosos .....	154.813	131.484	- 15,1	235.332	172.281	- 26,8
Máquinas, aparelhos, mate- rial elétrico .....	171.390	228.047	+ 33,0	880.025	1.298.173	+ 47,5
Material de Transporte .....	54.864	56.079	+ 2,2	197.402	276.354	+ 40,0
Instrumento de ótica, relo- joaria, medicina, som, etc. ....	6.383	5.463	- 14,4	138.515	146.317	+ 5,6



manecem em nível elevado. (Quadro VII). O que se espera dessas medidas, todavia, é que elas evitem o crescimento, mas não que baixem consideravelmente as importações, o que nos custaria muito em termos de perda do crescimento econômico. A melhoria do balanço comercial há assim que resultar do incremento das exportações.

Para um país como o Brasil, aumentar as exportações numa época de retração dos mercados mundiais e de recrudescimento do protecionismo é tarefa que exige habilidade e imaginação, mas que está longe de se mostrar inviável. O fato de ainda sermos pequenos no quadro do comércio mundial nos permite penetrar com aquilo que se poderia intitular o efeito-cunha: compensaremos as dificuldades neste ou naquele produto tradicional de exportação ingressando no comércio internacional com novos produtos não tradicionais, em novos mercados e com melhores métodos de comercialização. As estatísticas falam melhor do que quaisquer conjecturas sobre as possibilidades desse efeito-cunha. Já assinalamos que em 1974, apesar de todas as dificuldades da conjuntura internacional, conseguimos aumentar em 25,8% o valor de nossas exportações. A comparação dos cinco primeiros meses de 1975 com período correspondente de 1974 indica uma taxa de crescimento ainda mais animadora, de 40,2%. Por certo enfrentamos dificuldades em vários itens da nossa pauta, como o café, o cacau, o algodão, os produtos têxteis, o óleo de mamona e a carne. Mas essas dificuldades foram mais do que superadas pelos grandes aumentos nas vendas ao exterior de açúcar, soja, milho, minérios, produtos siderúrgicos, sucos, máquinas, material de transporte, calçados e madeira.

Enquanto as exportações em dólares cresciam de 40,2%, o aumento das importações se limitava a 9,7% — e isso apenas pelo efeito-preço, pois as quantidades globais caíram. Assim, o *deficit* comercial dos 5 primeiros meses de 1975 situou-se 26,3% abaixo do correspondente ao mesmo período de 1974 (QUADRO VIII). Os dados de autorizações de importações pela CACEX permitem antever, para os próximos



meses, a sua estabilização em torno da média mensal de um bilhão de dólares. Já as exportações aumentam tradicionalmente no segundo semestre. Assim já deveremos ter em 1975 uma apreciável redução do *deficit* comercial, presumivelmente da ordem dos 40%. Os ingressos de capitais, por sua vez, têm-se mantido dentro das expectativas: segundo estimativas preliminares do Banco Central ingressaram no país, no primeiro semestre, 2 bilhões de dólares de empréstimos financeiros; 1 bilhão de dólares de financiamentos de agências internacionais e "suppliers-credits"; e 400 milhões de dólares de investimentos diretos. Em suma, caminhamos para o gradual reequilíbrio dos balanços comercial e de pagamentos, o qual, dependendo das circunstâncias, poderá ser alcançado no segundo semestre do ano que vem, ou em 1977.

#### QUADRO VIII

##### BALANÇO COMERCIAL

PERÍODO JANEIRO/MAIO (MIL DÓLARES)

	1974	1975	Variação (%)
Exportações FOB .....	2.480.363	3.477.737	+ 40,2
Importações FOB .....	4.583.051	5.028.034	+ 9,7
Deficit Comercial .....	2.102.688	1.550.297	— 26,3

Com o repertório internacional de crises e com a necessidade de debelar as violentas pressões inflacionistas do início do ano passado, era inevitável que algumas dificuldades atingissem certos setores da economia brasileira. A política do Governo tem sido a de atender aos setores mais afetados, como a indústria têxtil e de eletrodomésticos, com várias medidas de apoio monetário e de redução da carga fiscal. O importante a notar é que o nosso produto real continua crescendo, enquanto o de vários países se encontra em queda. E, sobretudo, que os nossos investimentos se mantêm em nível extremamente elevado, dentro das linhas traçadas no II PND. Para citar dois indicadores expressivos, a produção nacional de bens de capital, nos quatro primeiros meses de 1975,



situou-se cerca de 10% acima da correspondente a igual período do ano passado. E as importações de máquinas e equipamentos se elevaram em quantidade de 33%, não obstante o declínio no volume físico global das importações.

As preocupações do dia a dia com os problemas de conjuntura não nos levam a esquecer os problemas de estrutura. Os programas de investimento ora em curso, e as recentes descobertas de recursos naturais, sugerem que chegaremos à próxima década com uma economia bem mais sólida, e menos vulnerável às tormentas internacionais. A preocupação em estender a todas as classes os benefícios do desenvolvimento já foi claramente demonstrada com a nova fórmula de política salarial da Lei n.º 6.147, com a extensão da Previdência Social, com a criação do FAS, etc. Cuidamos, por outro lado, de desenvolver o modelo da grande empresa privada nacional, a fim de que nos projetos de grande envergadura possamos escapar do dilema: estatização versus desnacionalização. Nesse sentido, o diagnóstico básico é o de que as empresas privadas nacionais contam com muitas fontes para a obtenção de empréstimos, mas poucas para o aumento do capital, operando, em consequência, com uma relação dívida/capital exageradamente alta. A preocupação do Governo é, assim, a de desenvolver mecanismos que fortaleçam o capital das empresas, o mercado de ações e os investidores institucionais. Alguns dos primeiros passos já foram tomados, com a criação da IBRASA e da EMBRAMEC, com a destinação de 70% dos recursos dos Fundos 157 às empresas privadas nacionais, com o recente regulamento das sociedades de investimento com capital estrangeiro, com a criação do FINOR, do FINAM e do Fiset. Novas etapas virão com a reformulação da lei das sociedades anônimas, com a regulamentação dos fundos de pensão, etc.

Temos, em suma, vastos desafios a enfrentar. Mas os nossos recursos naturais e humanos, o dinamismo do nosso empresariado e o pragmatismo da política econômica certamente permitirão que solucionemos a difícil equação de transição que nos foi imposta pelo atual panorama mundial.



# João Severiano da Fonseca

Cap. Méd

ALBERTO MARTINS DA SILVA

Instrutor C. Saúde EsAO

*"A nossa História é uma jornada magnífica de heroísmos e sacrifícios. Os antepassados palpitam dentro de nossas dores, nossas alegrias, nossas inclinações, nossos afetos e nossas energias."*

Há vidas que irradiam luzes, transmitem exemplos, dignificam momentos. Há homens que, embora vivendo épocas de acentuadas crises sociais, permanecem acima de críticas, sobejando em atuações relevantes com um caráter ilibado e equilibrado.

Há momentos que necessitam ações prontas, reflexão rápida, responsabilidade oportuna. Há homens que, apesar de ligar-se a melos heterogêneos, conseguem sobrepor-se às diferenças, igualando-as com o senso da razão mediana e com o peso de suas afirmações categóricas.

Há na História do Brasil e, mais precisamente, na História do Serviço de Saúde do Exército, uma vida exemplarmente dignificante: a vida de João Severiano da Fonseca, médico, militar, escritor, etnólogo, historiador, professor, poeta, geógrafo e político.

A margem da lagoa Manguaba, na pequena cidade de Alagoas, hoje Marechal Deodoro, Província das Alagoas, a 27 de maio de 1836, nasceu João Severiano da Fonseca, filho do Ten Cel Manuel Mendes da Fonseca e D. Rosa Paulina da Fonseca. Sétimo de uma prole de dez filhos, foi o único que



seguiu a vocação médica; vocação inerente às suas atitudes de abnegado e às suas aptidões ao chamamento das dores do próximo.

Nascido em plena época turbulenta que marcou o período regencial e criado em meio a um ambiente de fraterna amizade e sentido preponderantemente militar, foi sempre, em todas as facetas de sua inteligência polimorfa, um apegado à pesquisa científica e histórica e sempre envolvido na intimidade do sofrimento alheio.

Caracterizaram-no as influências de uma fase de mutações político-sociais, as ingerências de uma família simples e intrinsecamente envolvida na vida pública brasileira e os apelos emocionais dos agonizantes dos surtos epidêmicos e dos desesperos dos campos de batalha.

Cresceu timbrado pelos feitos avoengos e cercado por êxitos e amarguras familiares; formou-se compactuando morte e marte, cores e dores, lida e vida.

A confiança na palavra empenhada, a responsabilidade de uma ordem recebida, o respeito aos sentimentos paternos e a fidelidade à causa defendida, foram valores constantes que, na vida de João Severiano da Fonseca, motivaram-no e impeliram-no às grandezas das ações que praticou.

Silente e dedicado ao testemunhar os quadros terrificantes dos surtos coléricos e da destruição bélica, e confiante ao enfrentar as transformações sociais em que tomou parte, pôde, bem cedo, ser alvo de comendas e medalhas que dignificaram um trabalho honesto, humano e científico. No socorro a um grito de dor, beirando um leito com o alívio pronto, ou na conscientização de atitudes militares, na obrigação da caserna, mostrou-se sempre humano e obediente.

Sua vida é um traçado de coerência e vocação, de amor e diligência; sua obra, diversificada, eleva seus méritos acima dos contemporâneos, ao trazer ensinamentos médicos, literários, poéticos e históricos de grande valia e profundos conhecimentos.

Vejamos, num rápido perpassar, os feitos que tanto marcaram a sua personalidade, não nos afastando, jamais, da



influência que exerceram na sua formação, o ambiente da época, os homens com os quais conviveu e as atitudes que, muitos deles, assumiram.

Terminando o curso secundário na Corte, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde recebeu o grau de Doutor em Medicina em 1860, após a defesa da tese: "Da Moléstia em Geral". Ainda como simples estudante de medicina, dera prova de grande altruísmo durante a epidemia de cólera-morbo que grassou no Rio de Janeiro, em 1854, ceifando a vida de 5.300 pessoas. Em consequência desta dedicação foi agraciado pelo Imperador com a Imperial Ordem da Rosa, no grau de Cavaleiro, por decreto de 2 de dezembro de 1858: contava somente 22 anos.

Na sua infância, acrisolada de contos militares, sonhou ouvindo os rufares dos tambores e as soadas dos clarins que, firmes e febrilmente, fizeram história na vida de seu pai. Manuel Mendes da Fonseca, pernambucano que combatera escravos nos quilombos das Alagoas; lutara na Revolução Pernambucana de 1817 contra os republicanos locais, prestando seu apoio ao Príncipe Regente D. João; ajudara a conduzir armas de Pernambuco para a Bahia, em apoio ao Imperador D. Pedro I; combatera os revoltosos da Confederação do Equador e quando da abdicação de D. Pedro I, em 1831, entabulara negociações para a sua restauração. Foi Vereador por Alagoas, duas vezes, Chefe de Polícia e Juiz de Paz; forjou-se, portanto, na vivência das lutas nacionais, deixando, aos seus oito filhos varões atitudes marciais e traquejos de caserna.

João Severiano da Fonseca, ouvinte de tantas afoitezas, modelou-se nas circunstâncias familiares, ouvindo e sentindo, para mais tarde, discernir com probidade e altivez.

A mesma farda do velho Manuel foi comum ao ambiente familiar dos Fonseca; todos os seus filhos seguiram o mesmo caminho dos quartéis, a dura disciplina da caserna, a férrea dedicação do respeitado Ten Cel Manuel. (Exceção do filho Pedro Paulino).



Lá fora, nos bastidores políticos, ferviam rancores e dissidências. No período compreendido entre 1835 e 1870, sofremos os embates do morticínio guerreiro: Revolução Farroupilha, Revolução Liberal do Padre Feijó, Revolução Praieira, Guerra contra Rosas, Guerra contra Aguirre e Guerra contra Lopez. A turbulência das circunstâncias alcançara também os varões dos Fonseca; todos empenharam-se ao chamamento da pátria ofendida.

João Severiano da Fonseca estudava na Escola de Medicina da Corte, quando seus irmãos mais velhos participavam das atividades militares. Seu campo de luta apresentava-se tão cruel quanto o campo de marte; seu apego ao sofrimento alheio e sua dedicação à causa pública fizeram-no completar-se no rumo vocacional e, logo que terminou o curso médico, ingressou nas fileiras do Exército Imperial; vocação talvez inata a toda uma família de bravos.

Como 2.º cirurgião, serve no Hospital Militar, na Enfermaria da Escola Militar de Aplicação do Exército e no 4.º Batalhão de Infantaria. Quando se desenrolam ações na Bacia do Prata, embora afastado por saúde, retorna, a seu pedido, e ingressa no Exército Imperial que toma parte no conflito, sob o Comando do Marechal de Campo João Propício Mena Barreto.

Outra epidemia, desta vez de varíola, grassa em Paisandu e, de pronto, é enviado para combatê-la o Ten João Severiano da Fonseca; de lá passa para o Arroio Juqueri e fica sob as ordens do Brigadeiro Manuel Luís Osório, chefiando o Serviço Médico da 8.ª Brigada de Infantaria e de Artilharia. Chefia depois a 5.ª Seção do Hospital Ambulante. É elogiado nos combates de Potreiro Pires por Osório.

Durante os cinco anos em que serviu nas tropas combatentes toma parte nas grandes batalhas de Tuiuti, Curupaiti — onde vê morrer e ferir-se seus irmãos — e Tuiucûê, sob a chefia de Luiz Mallet.

A sua dedicação é exemplo para os médicos que integram o Serviço Imperial; seus serviços profissionais são elo-



glados e dignificados com eloquentes partes de seus superiores e com várias comendas; Ordem de Cristo, Ordem Imperial do Cruzeiro, Comendador da Ordem da Rosa, Medalha Geral da Campanha, Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz, Medalha do Exército em Operações na República do Uruguai.

De volta à pátria, é reintegrado no Hospital Militar da Corte, como 1.º cirurgião, onde continua a desenvolver suas atividades médico-científicas. Em 27 de março de 1875, foi posto à disposição do Ministério dos Estrangeiros e nomeado membro da Comissão de Limites entre o Brasil e Bolívia.

Sua atividade científica fá-lo membro da Academia Imperial de Medicina e membro titular e sócio efetivo e honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No Imperial Colégio Militar exerce o magistério como professor jubilado em Ciências Físicas e Naturais; é membro do Conselho Superior Militar de Justiça e Inspetor do Pessoal do Serviço Sanitário do Exército.

Ingressando na política, é eleito Senador da República, representando o Distrito Federal, em 1891. Em 7 de abril de 1892, com mais 12 generais, era reformado, por ato do então Presidente da República, Floriano Vieira Peixoto, por se haverem manifestado contra a sua política. A 4 de novembro de 1895, entretando, era revogado aquele ato julgado ilegal e inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, vindo João Severiano da Fonseca a reassumir suas altas funções de Inspetor Geral do Serviço Sanitário do Exército (futuro Serviço de Saúde).

Como Inspetor Geral do Serviço Sanitário do Exército, nomeado por decreto de 4 de outubro de 1890, desempenhou várias atividades que modificaram o concurso de admissão aos primeiros postos dos corpos sanitários do Exército; providenciou um substancial aumento de pessoal para o Laboratório Químico Farmacêutico Militar e ultimou a aprovação dos novos Regulamentos para os hospitais militares. Esta primeira fase de atuação como Inspetor Geral está compreendida entre outubro de 1890 a maio de 1892.



Na segunda fase, compreendendo de novembro de 1895 a novembro de 1897 (o período de 1892 a 1895 equivale ao tempo em que esteve reformado por ato do governo), várias foram as realizações efetuadas; inaugura-se o Laboratório de Microscopia Clínica e Bacteriológica, intensifica-se o apoio, em grande escala, aos combatentes da guerra de Canudos, para a qual seguiram muitos médicos militares e nomeados estudantes de medicina para colaborar com os oficiais de saúde nos Hospitais de Sangue e de Emergência.

Nesta rápida passagem pela radiante vida de nosso Patrono convém salientar um ponto dos mais relevantes, e que vem reforçar a pujança desta família nordestina na luta pela ascensão social que chegara a atingir no Rio de Janeiro. Apesar de inúmeros filhos na vida militar, era uma família humilde e pobre e sem atividades sociais na Corte. Isto é provado pela petição dirigida por Manuel Mendes da Fonseca ao Imperador Pedro II, acompanhada das cartas de alguns credores que o perseguiam para que pagasse as velhas dívidas:

“Minha família, coitada, sempre mantida pelo apertado repuxo, já não de justas economias, mas de dolorosas misérias, nunca comeu mais que o necessário para não morrer de fome, nunca trajou luxo, ainda não viu as paredes internas de um teatro, nunca foi mesmo a um baile dos muitos concorridos nesta Corte, onde vivemos há quinze anos, em nímio rigor da vida”.

Esta petição, datada de setembro de 1854, revela a situação em que lutava a família Fonseca para sobreviver na capital do Império; João Severiano tinha, nesta oportunidade, 18 anos e seu irmão mais velho, 30.

Alcançar posições de destaque na vida brasileira foi um trabalho dos mais sacrificado para os filhos do velho Manuel; no oferecimento de seus serviços à Pátria atacada e injuriada, elevou-se ao conceito público a abnegação dos Fonseca e o estoicismo de D. Rosa Paulina da Fonseca, alcunhada a “Mãe dos sete macabeus”.



Unidos e coesos sob a direção de pais idealistas e obedientes às indicações dos chefes políticos, tiveram os Fonseca, na vida pública brasileira, atuações relevantes e moderadoras que, alcançando metas e destinos vários, determinaram muitas das diretrizes que solidificaram o regime então vigente.

Devemos, para terminar, formar o quadro familiar e as conquistas sociais na vida brasileira de muitos dos irmãos de João Severiano:

- *Hermes Ernesto*. Comandante das Armas da Província da Bahia, Combatente nas lutas da Revolução Praeira, no Recife, Comandante de Brigada em campos estrangeiros e Presidente da Província de Mato Grosso.
- *Severiano Martins da Fonseca*. Comandante da Escola Militar, Ajudante-General do Exército, Conselheiro de Guerra do Imperador, Veador da Imperatriz Teresa Cristina e Barão de Alagoas, com grandeza.
- *Manuel Deodoro da Fonseca*. Combatente nas lutas na Argentina e no Paraguai, participe das lutas da Revolução Praeira, Comandante das Armas da Província da Bahia, Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Comandante das Armas de Mato Grosso e Proclamador da República.
- *Pedro Paulino*. Presidente da Província das Alagoas, Senador pela Província das Alagoas. Foi o único que não teve atuação nos campos de batalha em virtude de grave doença.
- *Hipólito Mendes da Fonseca*. Morreu, como Capitão em Curupaiti.
- *Eduardo Emiliano*. Morreu em Itororó, como Major.
- *Afonso Aurélio*. Faleceu, como Alferes, nas muralhas de Curuzu.

Finalmente, lembremos sua obra literária e científica, que prova, sem sombra de dúvidas, o valor intelectual de João



Severiano da Fonseca. Dissertando sobre assuntos variados e bem a seu gosto, mostrou o nosso Patrono a fecunda erudição de que era possuído.

Assim, podemos enumerá-la:

- *Sobre o Celibato Clerical e Religioso;*
- *Climatologia de Mato Grosso;*
- *Índios do Guaporé;*
- *Viagem ao Redor do Brasil;*
- *A Gruta do Inferno da Província de Mato Grosso;*
- *Dicionário de Brasileirismos;*
- *Origens das Sociedades de Estudo;*
- *Brazões da Cidade de Mato Grosso;*
- *Raças e Povos. Suas Origens, Afinidades, Identidades e Distinções;*
- *Dicionário Geográfico da Província do Mato Grosso;*
- *Diário da Campanha do Paraguai;*
- *Novas Investigações Sobre Mato Grosso;*
- *Da Moléstia em Geral* (Tese de Doutorado)
- e vários trabalhos apresentados na Academia Imperial de Medicina e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Eis a trajetória luminosa que percorreu o nosso insigne Patrono, orgulho e honra do Serviço de Saúde do Exército, nos seus 61 anos de profícua existência. Faleceu a 7 de novembro de 1897. Pelo Decreto-lei nº 2.497, de 18 de agosto de 1940, assinado pelo então Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Guerra, Gen Gaspar Dutra, é escolhido patrono do Serviço de Saúde do Exército.

Neste pequeno traçado biográfico sentimos a sua formação e seu desenvolvimento no tempo em que viveu; compre-



endemos o porquê de sua permanência entre nós, ainda hoje. O seu coração altruístico, o seu desempenho humano e as atitudes de abnegado que tanto dignificaram a farda que defendeu e a véstia que santificou, têm perpetuidade na História Pátria.

Os ais dolorosos ocuparam seus momentos de atuação profissional; os soluços saudosos, seus momentos de convívio familiar; os dramas políticos, seus momentos de reflexão. Da dor alheia colheu a importância da confiança que respeita; das lágrimas domésticas, a força da resignação que sublima; das crises sociais, a tenacidade da altivez que enobrece.

Nenhuma nação sobrevive sem História. Os exemplos, que vencem distâncias, congregam ânimos, iluminam espíritos e comandam idéias, são a selva, vigorosa e duradoura que, em todos e em toda parte criou espírito de pátria, fundando nações temperadas nos atos de seus filhos mais estremecidos.

Altissonantes e representativos, estão os méritos do Dr. João Severiano da Fonseca; grande na medicina que praticou, digno da classe que o elevou, insigne na vida que levou, é para nós um orgulho tê-lo como patrono, honrando uma profissão que tem um pouco de Deus e muito de santo.

#### BIBLIOGRAFIA

- MAGALHÃES JUNIOR, Raymundo. *Deodoro, a Espada Contra o Império*. 2 vols. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1957.
- PILLAR, Olyntho. *Os Patronos das Forças Armadas*. Biblioteca do Exército Editora. Rio, 1966.
- *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Medicina Militar* — Rio — 1972.



# Aspectos da Radiodifusão (\*)

Cel Eng R/1

JOSE MARIA NOGUEIRA RAMOS

## 1. Importância da Radiodifusão (rádio + televisão)

A influência da radiodifusão tanto no plano sócio-econômico quanto no político fez com que em todos os países do mundo o Estado intervesse em maior ou menor grau nesse importante setor das telecomunicações.

A partir da década de 50, juristas, filósofos, sociólogos, economistas e publicistas passaram a analisar a revolução provocada pelos meios de comunicação de massa, mormente a televisão.

Em numerosos países erigiu-se o Direito da Radiodifusão, estudado nas universidades, com o fim específico de reger a radiodifusão.

A radiodifusão, considerada serviço público pela maioria dos países do mundo, atinge material e espiritualmente o grande público, o que constitui sua principal característica.

Poucos assuntos concernem tanto à *defesa nacional*, quanto à radiodifusão, que, por suas características técnicas, ignora as fronteiras, uma vez que as ondas hertzianas não respeitam as barreiras alfandegárias.

---

(\*) Este artigo é um complemento daquele publicado nesta Revista em janeiro/fevereiro de 1974 sob o título "Generalidades sobre a Radiodifusão no Exterior". Seu autor exerceu de 1970 a 1973 o cargo de engenheiro de projetos na União Internacional de Telecomunicações (UIT), órgão da ONU, em Genebra (Suíça) selecionado em concurso Internacional.



## 2. Evolução da Radiodifusão

A radiodifusão sonora surgiu nos Estados Unidos sob forma experimental no começo deste século, sendo objeto de controvérsia qual a primeira emissão da radiodifusão. Somente em 1921 apareceu a primeira estação-rádio devidamente licenciada.

O termo "broadcast", originariamente usado na agricultura, significando "semear a esmo", passou a ser adotado pela marinha norte-americana em seus comunicados via-rádio para toda a frota. Desde então, esse termo adquiriu mais outro sentido, correspondente ao nosso "radiodifusão".

Nos Estados Unidos, desde o início da regulamentação, a radiodifusão teve um cunho nitidamente comercial, pois o Rádio Act, publicado em 1912, nomeava o Secretário de Comércio a autoridade competente para a concessão de licenças de rádio. Os tribunais, no entanto, recusaram ao Departamento de Comércio o poder de regulamentar a frequência, potência e horários das estações. Em 1927, foi criada a Comissão Federal do rádio, substituída em 1934 pela Comissão Federal de Comunicações (FCC).

A televisão seguiu o modelo do rádio em sua organização inicial e foi também submetida ao controle da FCC.

Na Europa, a evolução da radiodifusão oferece maior diversidade, com pronunciada tendência para o serviço público, embora na fase inicial (década de 20) algumas empresas particulares fossem temporariamente beneficiadas por concessões de radiodifusão.

No Brasil e na maioria dos países latino-americanos, o rádio e a televisão desenvolveram-se sob forma de empresas privadas, submetidas ao controle dos poderes públicos, mantendo, todavia, o governo, modesta cadeia de emissoras de rádio e TV.



### 3. Monopólio ou Pluralismo (\*)

#### 3.1. Monopólio

Os países que adotam o regime de monopólio confiam a gestão da radiodifusão a um único organismo controlado pelo Estado.

Em certos desses países uma maior autonomia é concedida ao organismo de radiodifusão que recebe ora estatuto de empresa privada, ora estatuto de empresa pública ou para-estatal. Noutros, a intervenção do Estado é total, atingindo administração e programas.

3.1.1. Países que adotam monopólio conferido a sociedade privada:

Suíça — Os transmissores pertencem ao Estado. A elaboração dos programas é confiada a uma sociedade de direito privado (SSR).

Suécia — Os transmissores pertencem ao Estado. Os programas competem à *Sveriges Radio*, sociedade privada.

Luxemburgo — Empresa privada com 53% de capital francês e 35% belga.

3.1.2. Países em que o monopólio é exercido por órgão público ou paraestatal:

Itália — Os transmissores pertencem ao Estado. Os programas são elaborados pela Radiotelevisão Italiana (RAI) com capital 99% do Estado.

Holanda — A instalação e a manutenção técnica dos transmissores competem ao Estado. Os programas estão a cargo da *Nederlandse Omroep Stichting* (NOS).

---

(\*) (Em artigo publicado nesta revista, em fevereiro 1974, descrevemos resumidamente o regime de radiodifusão dos principais países citados neste capítulo)



Austria — Empresa com 99% de capital pertencentes ao Estado.

Dinamarca — Corporação de direito público.

Noruega, Espanha, Irlanda, Finlândia, África do Sul, Israel, Turquia, Chipre, Argélia, Jamaica, Kênia, Nigéria, Malta, Zâmbia.

3.1.3. Países em que o monopólio é exercido por órgão governamental:

União Soviética, Índia, Peru, países socialistas e numerosos países africanos.

### 3.2. Pluralismo

Os países em que vigora o regime pluralista (mais de uma empresa de radiodifusão) aceitam a concorrência no domínio da radiodifusão.

Em alguns desses países, o pluralismo é total, no limite das frequências radioelétricas disponíveis; nestes, a radiodifusão acha-se entregue a organismos privados ou a um concurso de empresas públicas e privadas.

Noutros países, o pluralismo é limitado, somente existindo a concorrência entre alguns organismos públicos de radiodifusão, constituídos para diferentes fins e públicos distintos, de número estreitamente definido pela legislação.

3.2.1. Países em que há pluralismo total:

Estados Unidos, Japão, Canadá, Austrália, Brasil (vide tópico especial) e a maioria dos países latino-americanos.

3.2.2. Principais países que adotam o pluralismo limitado:

Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, França, Bélgica e Nova Zelândia.



#### 4. O pluralismo da radiodifusão no Brasil

Nos regimes de radiodifusão em que o pluralismo é total, o número de concessionárias é limitado pelas frequências radioelétricas disponíveis.

Neste regime, a radiodifusão compreende então 2 (dois) setores: o público (estatal) e o privado.

Estados Unidos, Japão, Canadá e Austrália são os países de maior expressão que adotaram o pluralismo total como regime de radiodifusão.

Mas enquanto nos Estados Unidos o pluralismo é total, tanto no setor público quanto no privado, nos outros 3 países citados o pluralismo total só vigora no setor privado. No setor público da radiodifusão, Japão, Canadá e Austrália criaram uma única sociedade de direito público, unificando o setor.

No Brasil, pode-se dizer que a radiodifusão segue o modelo americano, pois o pluralismo está previsto nos setores estatal e privado.

No entanto, enquanto esses 4 países apresentam forte desenvolvimento no setor público, no Brasil as empresas privadas são largamente preponderantes em relação às públicas, no domínio da radiodifusão.

Entre 1.000 estações de rádio existentes no Brasil, menos de 2% são estatais e entre quase 100 de TVs, são estatais menos de 10% (TVs educativas).

A 1-1-1975, nos Estados Unidos, para 7.082 estações comerciais de rádio, existiam 725 não comerciais (educativas), isto é, 10% das comerciais; para 711 TVs comerciais, existiam 242 educativas, isto é, 33% das comerciais.

No Canadá, o número das estações — rádio e TV pertencentes à Sociedade Rádio Canadá (estatal) atinge respectivamente a 75% e 54% das comerciais particulares.

No Japão, a estatal *Nippon Hoso Kyokai (NHK)* possui mais de 3.000 estações de TV e mais de 300 de rádio.



Na Austrália, a *Australian Broadcasting Commission* (ABC), do Estado, possui 200 estações para rádio e TV.

O próprio pluralismo no setor público da radiodifusão nos Estados Unidos mantém o congraçamento através da Associação Nacional de Radiodifusão Educativa (NAEB) e a Corporação da Radiodifusão Pública (CPB).

No Brasil, essa unificação no setor público poderia realizar-se no futuro, pela Empresa Brasileira de Radiodifusão (RADIOBRÁS).

Convém salientar que os países mencionados, que adotaram o pluralismo total, são altamente industrializados e os únicos entre os países desenvolvidos que seguem esse regime jurídico de radiodifusão. Souberam e puderam constituir legislação apropriada à radiodifusão e montaram organizações como a FCC, nos Estados Unidos, o Conselho Nacional de Radiotelevisão, no Canadá e a Junta de Controle de Radiodifusão, na Austrália, para uma completa supervisão nesse domínio.

No Brasil, nem de longe infelizmente temos organizações comparáveis às acima citadas e não existe um órgão exclusivo para normalizar e controlar a radiodifusão; há o Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), com atribuições de controle, entre outras, sobre o vastíssimo domínio das telecomunicações.

A criação, no Brasil, de um *Conselho Nacional de Radiodifusão*, com representantes de numerosos setores de atividades do país, poderia ser de muita utilidade no aperfeiçoamento de nossa radiodifusão.

Ao Conselho Nacional de Radiodifusão poderiam ser confiados os regulamentos da RADIOBRÁS e da Cabodifusão.

## 5. Monopólio versus Pluralismo

Pelo histórico da radiodifusão em meio século de existência nos países de maior expressão mundial, pode-se arriscar a emitir algumas observações sobre monopólio e pluralismo. Não há uma virtude imanente em nenhum dos 2 regimes.



A radiodifusão no mundo inteiro passa atualmente por sérias reformas em numerosos países, sinal evidente de que todos buscam um aprimoramento desse maravilhoso veículo de comunicação.

Se por um lado contemplamos o sistema americano, paradigma do pluralismo total, vemos que o simples transplante em outros países não vem com o rótulo de sucesso garantido e menos ainda em países em desenvolvimento. O pluralismo total nos setores público e privado, salvo nos Estados Unidos e América Latina, não medrou em outros continentes. Países como Japão, Austrália e Canadá não aplicam o pluralismo no setor público (estatal), pois criaram as poderosas sociedades NHK, ABC e SRC. No próprio Estados Unidos, o debate é intenso sobre o assunto e observa-se uma tendência ao fortalecimento do setor público da radiodifusão (615 frequências reservadas à TV Educativa representam mais de 30% do total das frequências de TV).

Se volvermos o olhar para os países monopolistas, o panorama também, não é de quietude. Dos 3 principais países europeus, Grã-Bretanha, França, e Itália, que adotaram o monopólio, somente na Itália este continua incólume. Convém, desde já, salientar que abandonar o monopólio não significa forçosamente aceitar o capital privado. Desde 1954 a Grã-Bretanha aceitou o pluralismo limitado, extinguindo o monopólio da BBC na televisão, criando a *Independent Television Authority (ITA)* e em 1972 cancelou também o monopólio do rádio transformando a ITA em IBA.

Mas a *Independent Broadcasting Authority (IBA)* é uma corporação de direito público e nela não há capital privado; as sociedades de programas são contratadas pela IBA por tempo determinado.

A França, monopolista desde o advento da radiodifusão, acaba de cindir a antiga ORTF (16 mil empregados) em 7 sociedades de direito público, aceitando, assim, o pluralismo limitado.



A Alemanha Federal logo no pós-guerra implantou o pluralismo limitado com 9 sociedades de direito público, sendo na Europa, considerado como o melhor sistema jurídico de radiodifusão; o que não impede que esteja passando por séria crise financeira atualmente.

Realmente, não se pode atribuir ao regime de radiodifusão num país a culpa do bom ou mau funcionamento da radiodifusão, porque há a considerar outros parâmetros.

Quer nos parecer, todavia, que o sábio provérbio *in medio virtus* ainda é válido, diante do panorama mundial da radiodifusão.

No Brasil, a exemplo do que se passa no Japão, Canadá e Austrália, a unificação do setor público pela RADIOBRAS e o pluralismo limitado no setor privado, com a constituição de um determinado número de redes, seria, talvez, recomendável

## 6. A Cabodifusão no Brasil

A cabodifusão ou televisão por cabo poderá tornar-se no futuro um importante fator de desenvolvimento sócio-económico, no Brasil, contanto que sua implantação seja minuciosamente estudada e planejada sob todos os ângulos, inclusive o social, e não somente sob o aspecto técnico-comercial.

Há grande diferença entre o advento da televisão clássica em princípios da década de 50 e a possível instalação da televisão por cabo nos próximos anos. É que hoje as telecomunicações brasileiras apresentam razoável infra-estrutura. Assim sendo, o surgimento da cabodifusão poderá processar-se ordenadamente. O controle da nova técnica poderia ficar a cargo da futura Empresa Brasileira de Radiodifusão. É no entanto essencial que a regulamentação seja ampla e demoradamente debatida no âmbito de comissões em que também tenham representação os Ministérios de ação social: Educação, Trabalho, Previdência Social e Interior. O problema deveria também ser encarado sob o enfoque do interesse dos futuros usuários, que são os atuais possuidores de receptor de TV e



a opinião destes deveria ser considerada. Esse debate poderia durar 1 a 2 anos, uma vez que não há urgência na implantação da cabodifusão no Brasil, porquanto já dispomos de quase uma centena de emissoras de TV, cujos programas, em sua maioria, os próprios órgãos governamentais reconhecem não serem satisfatórios.

Os países europeus estão há anos estudando a regulamentação da TV por cabo com programas originais, sem terem ainda decidido adotá-la, mas continuamente estão realizando experiências em pequenas cidades. Julgamos também necessárias experiências-piloto no Brasil, em vários pontos do território nacional, antes de qualquer regulamentação definitiva.

O importante, no entanto, é que num país ainda carente de meios de educação, como o nosso, a cabodifusão venha atenuar essa deficiência, reservando em cada sistema pelo menos 1 canal à educação e outro à administração governamental. Devido ao pagamento da assinatura mensal e o baixo poder aquisitivo da maioria de nossa população, a penetração da cabodifusão deverá ser muito lenta, passada a fase inicial de atraente novidade. Tudo indica, salvo agradável surpresa, que a implantação começará nos bairros mais favorecidos das grandes cidades. Tal hipótese configuraria entre nós o caráter elitizante da inovação, motivo por que seria conveniente, desde agora, estudar e talvez imitar no futuro a experiência inglesa nos bairros pobres de Londres. Embora TV por cabo não seja filantropia e deva ser rentável, uma fórmula deverá ser encontrada para atender também aos bairros menos favorecidos.

Igualmente, é provável e mesmo recomendável, nos próximos anos, a instalação, em nossas universidades, de circuitos fechados com vários canais de TV.

Outrossim, será imprescindível o preparo da indústria nacional à eventualidade da introdução da TV por cabo em nosso meio. Assim agiu a Austrália em relação à TV a cores; há 5 anos atrás, o governo australiano anunciou a adoção da



TV a cores, a partir de março de 1975, dando tempo à indústria eletrônica do país de preparar-se para enfrentar a concorrência estrangeira.

O lançamento apressado da cabodifusão não dará ao Brasil nenhum prestígio a mais no exterior; o bom uso que se fizer da nova tecnologia, este sim, poderá mesmo vir a ser imitado e redundará em elevação do nosso conceito além-fronteiras.

## 7. Conclusão

O estudo da organização da radiodifusão nos países de maior expressão mundial revela a existência de conselhos e comissões em vários níveis da estrutura da radiodifusão.

A exemplo desses países, sugerimos, com a devida vênia, às nossas autoridades governamentais:

- a) A criação do Conselho Nacional de Radiodifusão, com ampla representatividade.
- b) A elaboração dos regulamentos da Radiobrás e da Cabodifusão pelo Conselho Nacional da Radiodifusão.

"Não é uma qualidade rara que faz, por si só, o encanto de uma pessoa; é a harmonia entre todas as qualidades que ela possui."



# O Sistema de Arma Antiaéreo de 35mm "OERLIKON"

Gen. Bda  
SYLVIO OCTAVIO DO ESPIRITO SANTO

## 1. Considerações Gerais

O Exército Brasileiro, em seu programa de Reorganização e Reaparelhamento, preocupado com a precária operacionalidade de sua artilharia antiaérea, determinou que fossem estudados os diferentes sistemas de defesa antiaérea existentes com a finalidade de se adotar o mais eficiente, dentro de nossas possibilidades.

A comissão encarregada deste trabalho realizou sua missão em duas fases. Na primeira desenvolveu estudos completos e intensa pesquisa, consultando vasta documentação sobre o assunto, apresentando, ao final, um relatório em que foram selecionados, como possíveis de escolha, certo número de materiais.

Aprovado este relatório pelo Alto-Comando do Exército, a comissão passou à segunda fase da missão, realizando visitas às diversas fábricas de armamento, localizadas na Europa e nos Estados Unidos, verificando "in loco" as características, possibilidades e condições de aquisição daqueles materiais selecionados. Também, como na 1ª fase, foi, ao final, elaborado um minucioso e judicioso relatório que possibilitou à Alta Direção do Exército optar, num primeiro estágio, pela compra de um certo número de unidades de tiro OERLIKON de 35mm antiaéreo auto-rebocado, que irão dotar alguns grupos de artilharia antiaérea.



Dai, a oportunidade deste artigo que, nada mais é do que cópia das características da arma e de sua munição e a tradução condensada de considerações sobre o sistema de arma antiaérea de 35 mm OERLIKON, tudo publicado na "Revista Internacional de Defesa".

## 2. Introdução

A eficiência de um exército depende, em grande parte, da mobilidade de suas forças motomecanizadas. Entretanto, se estas carecem de meios adequados de proteção contra a constante ameaça que representa a aviação tática do inimigo, sua liberdade de movimento fica consideravelmente reduzida e sua eficiência torna-se duvidosa.

O valor tático e o êxito operacional dos carros de combate e das formações blindadas estão baseados essencialmente em suas potências de fogo e mobilidade. Não se deve esquecer, porém, que o avião de combate possui também estas características em proporções ainda maiores, pelo que continua sendo o inimigo mais terrível do carro. Uma vez descoberto, este último se encontra quase indefeso ante o ataque do caça-bombardeiro, a não ser que conte com a proteção de meios de luta antiaéreos, do contrário, só lhe resta a possibilidade de adotar certas medidas de defesa passiva (o disfarce, rápidos movimentos em ziguezague ou a emissão de cortinas de fumaça).

A eficaz coordenação das ações das unidades de apoio aereotático e das forças terrestres do inimigo poderão resultar uma completa paralisação das formações motomecanizadas, impedindo-as de levar a cabo qualquer operação.

Levando-se em consideração o grande número de caças-bombardeiros, aviões de reconhecimento e helicópteros de ataque que um inimigo poderá dispor na zona de combate, parece provável que qualquer ação ofensiva ou defensiva desencadeada por formações motomecanizadas desprovidas de adequada defesa antiaérea seria desbaratada mesmo antes de sua concentração.



As dificuldades que oferece a proteção das colunas em movimento contra os ataques aéreos, aumentam com a distância a percorrer, sobretudo quando os deslocamentos se efetuam em terreno descoberto. Praticamente só existem três possibilidades de proteger as formações motomecanizadas durante as fases operacionais críticas, isto é: saída das posições de espera, deslocamento, concentração para o ataque e, em caso de necessidade, retirada. Estas possibilidades são as seguintes: a cobertura oferecida pela nossa aviação de caça, o emprego de armas antiaéreas fixas e a escolta proporcionada por armas antiaéreas autopropulsadas. A primeira constitui-se no melhor meio de proteção, porém sua utilização é muito cara; as armas antiaéreas fixas dificilmente poderão seguir os deslocamentos das colunas e entrar em ação em tempo útil por isso sua eficiência se limita à cobertura de pontos críticos de passagem ou de áreas. Resta, pois, não sendo possível proporcionar às forças motomecanizadas uma cobertura aérea adequada, fazê-las acompanhar de uma artilharia antiaérea autopropulsada, para protegê-las contra os ataques aéreos a baixa altura.

O problema da proteção aérea das formações motomecanizadas, que está longe de ter sido resolvido satisfatoriamente, preocupa os estados-maiores de numerosos exércitos. Partindo de diferentes critérios operacionais, foi estabelecida uma série de sistemas defensivos baseados no emprego de mísseis terra-ar ou de canhões antiaéreos. Atualmente, observa-se certa tendência em favor de sistemas combinados, já que se considera que as formações em movimento podem ser protegidas a um tempo por artilharia antiaérea autopropulsora de mísseis guiados de cobertura de área.

Seja como for, é urgente escolher entre os vários sistemas disponíveis e neste sentido, por exemplo, a Alemanha Ocidental e a Holanda decidiram confiar a proteção antiaérea, numa primeira fase, ao sistema baseado no emprego de canhões antiaéreos bitubo de 35mm, OERLIKON, montados em chassis de carro Leopardo.



### 3. A ameaça aérea para as formações motomecanizadas

a. O alto grau de aperfeiçoamento das armas antiaéreas de médio e longo alcances, entre as quais se encontram os mísseis guiados *Bloodhound*, *Hawk*, *Nike-Hercules*, etc, permite supor que os ataques aéreos realizados a média e grande alturas podem ser facilmente interceptados.

A aproximação e o ataque a baixa altura continuam sendo a única tática empregada para se escapar aos radares de detecção, aos mísseis dirigidos ou aos aviões de interceptação.

Segundo a missão, as condições meteorológicas, a natureza do alvo e os meios de defesa antiaéreos, a altura em que se efetua o ataque dos caças-bombardeiros varia entre 15 e 700 metros. As grandes velocidades dos aviões de ataque modernos — a maioria deles alcança de 1,3 a 2 *Mach* — não podem ser aproveitadas nas proximidades do solo. Durante o vôo a baixa altura, o piloto e seu aparelho estão submetidos a certas limitações, impostas por grandes esforços que são submetidos as asas, as turbulências, as dificuldades de orientação e o consumo excessivo de combustível, que os obrigam a voar quase sempre a velocidades inferiores a 1 *Mach*. Em troca, o piloto desfruta de inteira liberdade para escolher o modo de ataque. Os únicos fatores determinantes são a necessidade imperiosa de descobrir o alvo e de efetuar o ataque de acordo com as características das armas que serão empregadas. A maior dificuldade para o piloto parece ser descobrir a tempo o alvo. Este pode constituir-se em uma formação motomecanizada estacionada, e geralmente bem camuflada, ou em movimento numa zona indicada ao piloto como local provável de alvos; em ambos os casos, o piloto só os descobrirá 25 segundos antes de sobrevoá-los, se se trata de terreno descoberto, reduzindo-se esse tempo a 10 segundos, em terreno dobrado. Deve-se reconhecer que a velocidades de 200 a 300 m/seg a que voam normalmente hoje em dia os aviões a baixa altura, a localização dos alvos não é coisa



fácil. No que se refere aos alvos inopinados, geralmente só são vistos pelo piloto no momento de sobrevoá-los, pelo que é preciso efetuar uma segunda passagem para atacá-los.

Os métodos ofensivos usualmente empregados pelos caças-bombardeiros são o ataque em vôo horizontal e o ataque em picado. Voando horizontalmente a uma velocidade compreendida entre 250 e 300 m/seg, o avião lança bombas perfurantes, de fragmentação ou de napalm de uma altura aproximada de 50 metros. Para efetuar um ataque picado, que é o processo mais corrente, o avião ganha altura a vários quilômetros do alvo (de 5 a 8) para lançar-se sobre este, segundo um ângulo de 30 a 45° para o bombardeio, ou de 10 a 30° (a velocidades de 200 a 250 m/seg) para disparar foguetes, mísseis ou armas automáticas de bordo. As bombas de peso médio e os foguetes são lançados desde uma distância de 800 a 1.600m do alvo; as bombas mais pesadas são soltas a uns 2.000m do mesmo.

Os sistemas de navegação, direção de tiro e demais subsistemas eletrônicos do avião, associados a moderníssimas calculadoras (capazes de rever os dados de navegação 5 vezes por segundo e os de ataque 20 a 30 vezes por segundo), fornecem todas as informações necessárias para o emprego das armas, em forma de símbolos constantemente projetados no pára-brisa à altura dos olhos do piloto. Este se acha, então, em condições de atacar um alvo de qualquer direção e altitude e a qualquer velocidade, sem que uma manobra eventual para evitar a defesa antiaérea altere a precisão de suas armas. Em termos médios, o avião atacante só está submetido ao fogo antiaéreo durante uns 15 segundos.

b. O helicóptero de combate, que constitui um sistema de arma de pouco custo (em relação aos aviões), cada vez mais empregado, representa uma grave ameaça para as formações motomecanizadas.

Sua característica principal reside na aptidão em surgir de surpresa e operar a muito baixa altura, atacar mantendo-se fora do alcance das armas antiaéreas de pequeno calibre



e, finalmente, retirar-se com grande rapidez. Inclusive para as armas de grande alcance, o helicóptero se constitui num alvo muito difícil.

A grande potência de fogo dos helicópteros de combate deve-se ao fato de que, além de seus canhões de 20 ou 30 mm, metralhadoras e lança foguetes giratórios (que cobrem um campo de tiro de 240° em direção e —60° em elevação), podem ser armados com mísseis anticarro guiados, sendo os mais modernos guiados pelo emprego de raios *laser*, o que permite aumentar seu alcance eficaz para 3.000 ou 4.000 metros.

c. Apesar da eficiência do helicóptero de combate, não se deve esperar que ele substitua completamente o caça-bombardeiro na luta contra as formações blindadas.

Hoje em dia, observam-se certas tendências que deixam supor que os aviões de apoio tático do futuro serão menos sofisticados e caros do que os atuais, pelo que se poderá empregá-los em maior número. O protótipo A-9A norte-americano pode ser citado como exemplo dos novos critérios, segundo os quais parece merecer maior importância a proteção e a maneabilidade do avião do que as grandes velocidades. Os elementos mais importantes do A-9A são: uma blindagem de alumínio que chega a 50 mm de espessura em torno da cabina do piloto e o avião pode efetuar voltas de 300 metros de raio com a carga completa de armas, a velocidades compreendidas entre 125 e 160 m/seg (a 1.500m de altitude em condições tropicais).

A ameaça aérea que pesa sobre as formações motomecanizadas revestir-se-á no futuro de um aspecto diferente do atual. Até agora, estas formações devem defender-se contra um inimigo que ataca em vôo picado, segundo um ângulo compreendido entre 10 e 45°, em grupos de 2 a 8 aparelhos, que poderão ser detectados a tempo. No futuro, os ataques serão levados a cabo provavelmente por um número muito superior de caças-bombardeiros, de grande facilidade manobra e protegidos por uma blindagem. Por outro lado, também contar-se-á com a ameaça dos helicópteros de ataque,



muito mais difíceis de serem abatidos, devido as suas características de voo, que poderão surgir de surpresa aproveitando-se das más condições de visibilidade, atacar de qualquer direção em grupos de 2 ou 3, lançando seus mísseis autoguiados desde distâncias de 2.500 a 3.500 m e desaparecendo no ato.

Face ao que foi exposto, cabe perguntar-se: quais são as possibilidades do canhão antiaéreo bitubo de 35 mm, levando-se em conta que deverá disparar, com frequência, de posições desfavoráveis?

#### 4. **Eficiência e precisão do sistema de arma antiaéreo de 35mm**

a. A grande eficiência e precisão desta arma de 35mm são devidas ao seu sistema de direção de tiro, à própria arma e à sua munição.

Visto que para destruir o avião atacante, ou impedi-lo ao mesmo tempo de levar a cabo sua missão, os efeitos da munição são tão importantes como a probabilidade de acerto — dependendo esta última da precisão do sistema da arma, da densidade de fogo, das dimensões do alvo e da distância em que este se encontre — o bom êxito da ação defensiva depende da acertada combinação de ambos os fatores. Assim, pois, é conveniente fazer-se algumas observações sobre as características do sistema da arma e de sua munição.

##### b. *Características do sistema da arma*

Baseando-se em numerosos estudos e cálculos relativos à probabilidade de destruição de um alvo aéreo, diferentes peritos de várias nacionalidades demonstraram que, para uma eficaz defesa por intermédio de canhões contra aviões atacando a baixa altura, era necessário utilizar-se armas automáticas de calibre compreendido entre 20 e 40mm.



Ao desenvolver o canhão de 35mm, para o sistema antiaéreo, os construtores da sociedade OERLIKON-BUHRLE propuseram-se a fazer uma arma de idênticas características ao canhão Bofors L70 de 40mm, no que se referisse ao alcance, velocidade e potência destruidora do projétil, mas de uma cadência de tiro muito mais elevada para satisfazer às exigências atuais.

Com estas especificações, a probabilidade de destruição do alvo será de 75%, se ele for atingido ainda que somente em sua fuselagem; esta probabilidade foi estimada para uma distância de tiro de 2 a 2,5 km e uma rajada de 2 segundos de duração.

As principais características do sistema da arma são:

### RADARES

— De Vigilância	
Frequência .....	Banda X
Alcance máximo .....	15 km
Tipo .....	MTI Digital
Construtor .....	H S A — Hengelo ou Siemens AG Munich
Equipamento de identificação: "amigo ou inimigo" ..	Integrado no radar de vigilância
— De Acompanhamento	
Frequência de emissão ...	Banda X com radar auxiliar antimagem
Alcance máximo .....	15 km
Tipo .....	Doppler de impulsos de recepção coerente
Construtor .....	H S A — Hengelo ou Siemens AG Munich



## EQUIPAMENTO DE PONTARIA

Luneta aumento 1,5 e 6 x Campo 50° e 12,5°  
 Construtor AG Zurich e Fisba AG, Saint-Gall

## ARMAMENTO

Canhões .....	2 canhões automáticos de 35mm OERLINKON municiados por cintas, com ejeção para o exterior dos estojos
Cadência de tiro .....	550 tiros por minuto cada tubo; fogo por rajada ou tiro a tiro; duração da rajada programada pela calculadora de tiro em função da distância (ou seja 1.100 tiros por minuto)
Campo de tiro .....	Direção: 360° Elevação de — 5° a + 85°
Velocidade de pontaria ..	Direção: Localização 90°/seg Acompanhamento 56°/seg Elevação: Localização 42°/seg Acompanhamento 42°/seg
Blindagem .....	Proteção contra projéteis das armas automáticas de infantaria e contra estilhaços de granadas de artilharia.

## c. Características da munição

- Tipo de munição: Explosiva incendiária (MSB/K)  
 Semiperfurante incendiária (PSBH/B)  
 Perfurante traçante (PKLH)

— Tiro (Cartucho)	MSB/K	PSBH/B	PKLH
Comprimento (mm) .....	387	387	387
Peso (gr) .....	1562	1562	1562



— Espoleta	KZVD	BZD	—
Peso (gr) .....	47	31	—
Distância de segurança (m)	40	1	—
Auto destruição depois de (seg) .....	11	11	—
Sensibilidade .....	chapa de alumínio 1mm. In- cidência: 0 a 75º	chapa de aço de 3 mm. Inci- dência: 0 a 80º	—
— Projétil			
Comprimento, incluindo a es- poleta (mm) .....	188	176	—
Peso da granada oca (gr) ...	383	497	—
Peso da carga de arrementa- mento (gr) .....	120	22	—
Peso do projétil completo (gr)	550	550	550
Tempo de combustão da com- posição traçante (seg) .....	—	—	2
— Estojo e carga de projecção			
Material do estojo .....	aço	aço	aço
Peso do estojo (gr) .....	625	625	625
Peso do fulminato (gr) .....	47	47	47
Peso da carga de projecção (gr)	340	340	340
— Tempo de percurso (seg)			
1.000 m .....	0,95	—	—
2.000 m .....	2,17	—	—
3.000 m .....	3,80	—	—
4.000 m .....	6,05	—	—
Vo (m/seg) .....	1175m	1175m	1200
— Capacidade de perfuração			
A 1.000m com um ângulo de incidência de 40º (mm) ...	—	35	66



A munição explosiva incendiária contém a máxima quantidade possível de explosivo (120 gr de Hexal 30) e sua espoleta de percussão de grande sensibilidade funciona ao entrar em contato com chapas de ligas leves de somente 1mm de espessura, segundo um ângulo de incidência de até 85°. A granada explosiva é especialmente eficaz contra alvos de grande superfície de paredes delgadas, tais como os elementos laterais da fuselagem; as ondas de choque produzidas pela explosão no interior da fuselagem causam danos consideráveis.

A munição semiperfurante incendiária é equipada de uma espoleta de culote, muito menos sensível que a munição explosiva, e presta-se particularmente para ser empregada contra alvos de paredes grossas ou ligeiramente blindada, já que possui muito maior poder de penetração.

Devido aos efeitos diferentes das munições, convém seja empregada a munição explosiva contra aeronaves desprovidas de blindagem, reservando a munição semiperfurante para uso contra os aparelhos protegidos com uma blindagem frontal. Todavia, existe a possibilidade de se disparar alternativamente os dois tipos de munição para prevenir qualquer contingência.

#### *d. Ataque contra alvos aéreos*

Para poder-se interceptar um alvo aéreo é preciso detectá-lo e identificá-lo a tempo.

As figuras 1 e 2 representam dois perfis de ataque clássico dos caças bombardeiros, mostram quando deve ter lugar a detecção e a identificação para poder-se alcançar o alvo ao primeiro disparo a uma distância compreendida entre 2,2 e 2,6 km. O alvo deve estar inteiramente identificado, o mais tardar, quando se encontrar a uns 4,8 km, para ser localizado em 3 ou 4 segundos; os dados de direção de tiro deverão ser calculados durante os 2 segundos seguintes e introduzidos no mecanismo de pontaria dos canhões. De 6 a 8 segundos depois da identificação a arma antiaérea deverá estar em condições de abrir fogo.



Para a detecção e identificação do alvo é utilizado o radar de vigilância e localização que exerce uma vigilância constante do espaço aéreo e procede a identificação "amigo ou inimigo" tanto de dia como à noite.

Os dois radares, de vigilância e de acompanhamento, têm um alcance de 15 km, o que permite um tempo de alerta de até 50 segundos, tratando-se de um avião que se aproxima a velocidade de 250 m/seg. A detecção do alvo gera automaticamente uma série de sinais acústicos e luminosos que alertam à guarnição.

A situação aérea indicada pelo radar de vigilância é apresentada permanentemente na tela panorâmica por meios de azimutes e distâncias, de maneira que se possa tomar rapidamente uma decisão ao ser detectado um aparelho inimigo. No caso de serem localizados a um só tempo vários alvos, aquele que representar o perigo mais iminente é assinalado na tela com um marcador e suas coordenadas são transmitidas ao radar de acompanhamento. Quaisquer que sejam as condições meteorológicas, o radar de acompanhamento localiza e segue automaticamente o alvo designado em azimuth, elevação e distância, num setor de 200°, sem mudança de posição.

Como os caças raramente atacam isolados, sendo mais freqüente que se apresentem dois ou mais aparelhos simultaneamente, ou com alguns segundos de diferença, é necessário poder-se fazer frente a vários deles em curto espaço de tempo. Isto exige capacidade de se passar, sem perda de tempo, de um alvo para outro, o que somente é possível se a situação aérea for conhecida a todo momento. Neste aspecto, o radar do sistema da arma antiaérea OERLIKON é muito superior ao sistema francês bitubo de 30mm OEILNOIR, ao sistema sueco VEAK 30 e ao soviético ZSV 23-4.

A passagem de um alvo para outro pode ser efetuada automaticamente, mediante um prévio ajuste de um marcador de distância; as velocidades de pontaria são suficientemente rápidas para permiti-lo.



Para se ter alguma probabilidade de acerto, é indispensável dispor-se de uma calculadora de grande qualidade. No sistema da arma antiaérea de 35mm, a precisão com que estas calculadoras determinam o ponto de interceptação do alvo com as rajadas, provavelmente não é superada por nenhum outro sistema. Esta precisão foi demonstrada pela primeira vez em novembro de 1968, no polígono de tiro anti-aéreo de ZUOZ (Suíça) a um grupo de peritos internacionais. Estes puderam constatar que, em terreno descoberto, o sistema de arma OERLIKON podia engajar em combate a uma distância de 4.000m com suficiente probabilidade de acerto atirando com rajadas de apenas 1 segundo de duração.

#### *e. Mecanismo de fogo*

Devido a grande cadência de tiro dos canhões, é necessário economizar a munição utilizando-a de modo racional.

Para isto devem ser respeitadas as seguintes regras:

- só se deve abrir fogo quando o alvo seguir uma trajetória retilínea, já que as probabilidades de acertá-lo quando executa uma curva ou manobra evasiva são insignificantes;
- para a defesa contra aeronaves isoladas, deve-se esperar que o alvo se encontre na distância mais favorável para abrir fogo;
- para a defesa contra uma formação muito cerrada, deve-se fazer fogo contra os aviões simultaneamente, disparando rajadas de 0,5 segundo de duração no mínimo; levando-se em conta os limites de tempo e o consumo de munição, seria absurdo atirar sobre o mesmo alvo até derrubá-lo;
- contra um mesmo alvo é preferível disparar uma rajada longa do que várias curtas, para evitar perda de tempo nos intervalos;
- não se deve permitir que o artilheiro abra fogo a seu critério; o tiro deve se efetuar de acordo com um programa.



No sistema de arma de 35mm, a economia de munição é garantida pela própria calculadora, programada para regular a duração das rajadas em função da distância de tiro. Segundo esta distância, a duração das rajadas varia entre 0,5 e 2 segundos.

O programa de fogo é seleccionado segundo as características da operação, e oferece quatro possibilidades:

- 1 — Fogo tiro a tiro (contra alvos terrestres)
- 2 — Fogo por rajadas de duração determinada pela calculadora em função da distância de tiro (contra alvos aéreos)
- 3 — Fogo por rajada de direcção fixa
- 4 — Fogo à vontade (somente para exercícios).

## 5. Conclusões

É evidente que um sistema de arma desta classe custa caro.

Existem outros mais económicos, porém a todos eles faltam uma ou várias qualidades essenciais. O sistema antiaéreo OERLIKON de 35mm é o único em seu género e sem dúvida o melhor de todos os existentes.

É evidente que o manejo de tal sistema de arma exige um pessoal altamente qualificado. O certo é que não se pode adotar uma solução intermediária, quando se trata de cumprir uma missão que dia a dia fica mais difícil, à medida que o inimigo aperfeiçoa seus meios e suas táticas para o ataque aéreo às formações motomecanizadas.

Por isto, não se pode renunciar em parte à precisão do sistema por meras considerações económicas, já que isto equivaleria *reduzir as possibilidades da arma de levar a cabo eficazmente a missão para a qual foi concebida.*



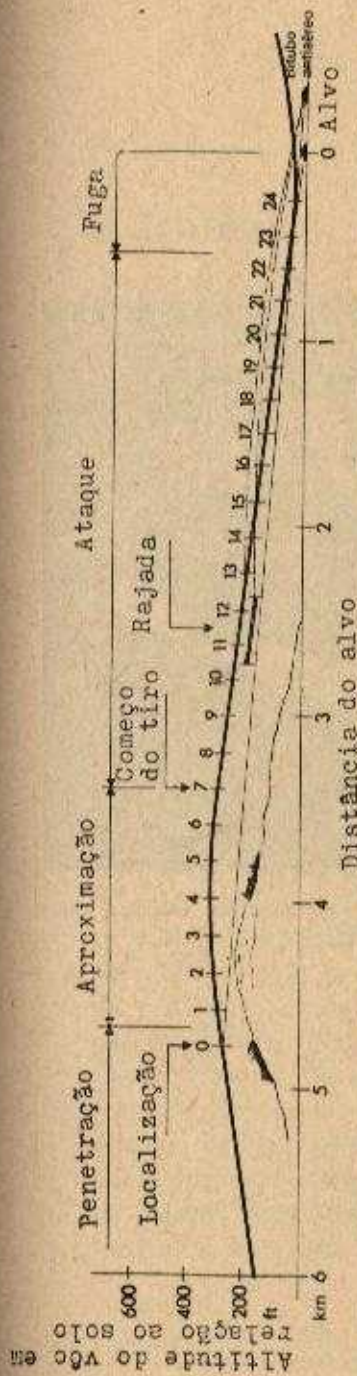


Fig. 1 — Perfil clássico de um ataque em vôo horizontal a baixa altura. Hipótese: avião voando a uma velocidade constante de uns 200 m/seg.

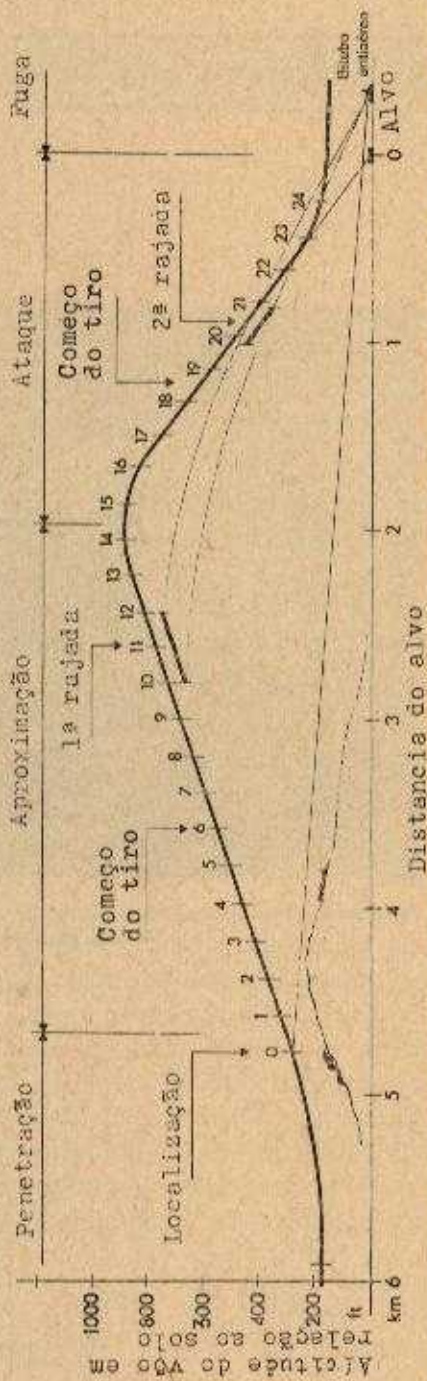


Fig. 2 — Perfil clássico de um ataque em vôo picado. Hipótese: avião voando a uma velocidade constante de uns 200 m/seg.





Sistema de arma antiaérea OERLIKON de 35 mm autopropulsado, montado num chassis de carro LEOPARDO



## Estratégia: Algo de Novo?

Cel Av  
NELSON Ó DE ALMEIDA  
Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra

Deve-se atentar, nos escritos do Gen Giulio Douhet (1), para três pontos capitais, sempre presentes no pensamento do grande estrategista:

- 1 — A necessidade de criar-se pensadores militares livres de viéses profissionais, de “deformações” devidas às suas Forças de origem;
- 2 — A capacidade de uma força aérea, “quando devidamente empregada”, de decidir um conflito; e
- 3 — A componente moral, psicológica, envolvida na guerra.

Como consequência do primeiro ponto citado, as posições ainda hoje permanecem radicalizadas, desprezando-se, na prática, o conhecimento de que a guerra é feita pelo emprego do Poder Nacional, como um todo, e não por apenas parte desse Poder que pode desejar, mesmo inconscientemente, prevalecer sobre os outros. E embora tenhamos organizado diversos níveis de pós-graduação no Ensino Militar, parece ainda faltarem aqueles que, no campo militar, tratem da guerra “em geral” e do planejamento do emprego “das forças” e, não, “da Força”.

---

(1) DOUHET, Giulio — “The Command of the Air” (1921). Trad. por Sheila Fischer, Revista Aeronáutica, Roma, 1958.



Em 1928, escrevia Douhet:

"...e agora falamos dos Chefes Militares, dos pensadores militares: nenhum indivíduo foi capaz de ver mais longe que seu campo particular de origem."

Afora Douhet, que foi repetido por Seversky, Doolittle e Lavenère-Wanderley, não se sabe de muitos outros pensadores, dos mais citados e estudados, que tivessem pensado ou escrito dessa forma. Entretanto, não é devido à mesma razão que, por exemplo, os Generais do Exército "perdem" a arma? Em verdade, não se espera que os Generais empreguem suas Divisões de Exército como "artilheiros", "infantes", "cavaleirianos", etc; o mesmo dir-se-ia do Almirante oriundo da Força de Transportes ou da de Submarinos, como do Brigadeiro "de Caça" ou "de Transporte".

Infelizmente, em 1970, Lavenère-Wanderley ainda tinha de escrever que:

"A maioria das teorias desenvolvidas sobre estratégia militar é demasiadamente especializada, focalizando as operações de uma determinada força armada ou de um determinado tipo de guerra".

Existirão pensadores mais largos, em 1975?

Há pouco, diversos instrutores nos mais altos estabelecimentos de ensino de pós-graduação militar, perguntados sobre qual o ponto alto, em termos militares, estratégicos, ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial, respondiam, em grande maioria: "o desembarque da Normandia"!

Sem desmerecer essa exemplar peça de coordenação e de operação conjunta, fica-se a pensar nas lições, não aprendidas, da "Blitzkrieg", da "Batalha de Midway", de "Hiroshima". Mas até o "Infante Imortal", o bravo Gen Mark Clark, alegou que a principal diferença entre as duas Grandes Guerras foi o emprego generalizado de aviação, no conflito de 1940/45.



Sobre o segundo ponto, escrevia Douhet em 1908, apenas dois anos depois do primeiro vôo do mais-pesado-que-o-ar:

"Hoje, o campo decisivo é o ar; é necessário emassar no ataque aéreo e apenas resistir na superfície".

Em 1909, voltava a escrever:

"Uma nova arma ganhou existência".

Em 1921, numa antevisão do final da Guerra do Pacífico:

"...o emprego de poderosos meios aéreos pode ser capaz de decidir um conflito, em 24 horas..."

Em 1970, Lavenère-Wanderley dizia:

"a... decisão da guerra poderá ser obtida dentro dos primeiros dias ou semanas..."

Que seria de Israel se tivesse ignorado essas verdades!

Entretanto, as lições de Midway, de Hiroshima, da Guerra dos Seis Dias, não serviram de muito, como o comprovaram as tarefas atribuídas à aviação no Vietnã e, mesmo, na Guerra do Yon Kippur...

O terceiro ponto, obscuro mas sempre presente em Douhet, fala do real e único objetivo de toda a guerra. Qualquer estratégia escolhida visaria, *in extremis*, a vencer a vontade do inimigo, ou modificá-la; o entrechoque das armas somente serve para demonstrar quão longe desse objetivo real se poderá estar...

Dever-se-ia, então, trazer para o primeiro lugar a declaração, ainda hoje mantida em terceira posição, na clássica lista de "condições para a decisão de um conflito":

- 1— A capacidade operacional das forças inimigas é reduzida a tal ponto que nenhuma oposição efetiva é possível (operações contra-força; N. do A.);



- 2 — A estrutura de apoio ao esforço de guerra do inimigo é afetada de tal modo que ele não pode manter o poderio necessário ao prosseguimento das operações (operações de usura; o suposto bombardeio estratégico);
- 3 — A vontade de lutar, no inimigo (Chefes, soldados, povo; N. do A.) é reduzida ao ponto em que deixa de existir a necessária determinação para prosseguir a luta (operações de contra-valor, N. do A.)
- 4 — O Governo inimigo perde o controle necessário a congregar o povo e a dirigir o esforço de guerra (atente-se para as lições de Giap; N. do A.).

Reconhece-se uma série de variantes e combinações dessas "condições básicas", mas a finalidade da guerra geral continua sendo a de dobrar a vontade do inimigo; não a de vencer ou destruir suas forças militares! A célebre figura de que "é preciso um Homem para apertar o gatilho" continua tão presente hoje quanto o foi antanho. E esse gesto torna-se cada vez mais difícil, embora mais impessoal, menos emocional... pois está a exigir sempre mais, em termos de "consciência", de aquiescência para com a ação a perpetrar — hoje, quase sempre, tão terrível!

Parece, então, que a maior missão do General de hoje, sob cujas ordens se alinham os mais terríveis meios de destruição coletiva, é aquela de "cortar a guerra", a todo o custo: se não for possível evitá-la, a de torná-la o mais curta possível — sempre protegendo a nação dos sacrifícios da guerra de usura, das longas e custosas campanhas, do terreno conquistado palmo a palmo, e pago em sangue.

Douhet, por necessidade, extremava suas opiniões — o que lhe custou a incompreensão de alguns, a acusação de muitos e a reação de quase todos. Não se desejaria aqui incorrer no mesmo erro; o que se busca é, simplesmente, oferecer à meditação certos conceitos e algumas capacidades inerentes à admirável invenção de Santos-Dumont, em termos



de Segurança Nacional, bem como oferecer à atenção do leitor aquilo que Giddings (2) chamou de "Estratégia Total"! As lições dos clássicos estão presentes, e qualquer estudo honesto deve compulsá-las e enfrentá-las hoje, de mente aberta e de espírito desarmado.

Como disse o próprio Douhet:

"Na organização da defesa nacional é necessário mudar-se completamente a linha, pois que a forma de qualquer nova guerra futura será inteiramente diferente da das guerras passadas,"

ou

"...quando tomamos fatos comprovados como ponto de partida e, ao analisá-los de modo sistemático e lógico, chegamos a determinadas conclusões, é necessário aceitar essas conclusões, mesmo que estejam em oposição às tradições..."

Convida-se o leitor a percorrer os excertos de "The Command of The Air", traduzido da Revista Aeronáutica, 1958; originais do Gen Giulio Douhet, editados em 1928, e perdoar os ligeiros comentários.

"Inevitavelmente, tudo isso conduz a uma radical revolução na forma da guerra, porque as características essenciais foram fundamentalmente alteradas. E não é difícil visualizar como o futuro desenvolvimento da arma aérea, tanto do ponto de vista tecnológico quanto do emprego operacional, conduzirá a um gradual declínio no emprego das armas de superfície." (pág. 8)

As imensamente custosas retomadas das Ilhas, na Guerra do Pacífico — único caminho aceito, na época, para a vi-

(2) GIDDINGS Jr., RALPH L. — "Power, Strategy and Will" — in Air University Review, vol. XXII, n.º 2, Jan/Fev 71.



tória sobre o Japão — pareceram fúteis depois de duas explosões atômicas...

"O fato terrível, mas inescapável, que vem à nossa mente é este: no caso de um conflito, o mais forte Exército, desdobrado nos Alpes, e a mais possante Marinha, cruzando os nossos mares, nada poderão realmente fazer para evitar que um inimigo destrua, se esta for sua intenção, Roma, Milão, Veneza ou outra qualquer das centenas de nossas cidades." (Pág. 8)

*Mutatis mutandis*, veja-se a Guerra dos Seis Dias, quando todo o poderio árabe ruiu por terra, quase intato, vítima do emprego estratégico da aviação israelense.

"A destruição testemunhada durante a Grande Guerra foi imensa, mas o povo suportou-a porque ela foi espalhada no tempo e assim pôde, sempre, reparar os danos materiais e morais, que eram repetidamente infligidos. O golpe final, assim, nunca chegou a ser desferido. Mas não há dúvida de que apenas metade dessa destruição teria sido suficiente, se tivesse sido provocada em oito dias." (Pág. 12)

Recorde-se a rendição incondicional do Japão, após dois ataques atômicos... e a impassividade das tropas vietcongs, após receberem seis vezes mais em quantidade de explosivos!

"Existe apenas um único método certo e prático para impossibilitar o inimigo de atacar-nos com a sua força aérea... e este é: destruir essa força aérea." (Pág. 15)

E isso se torna crítico quando, no ambiente operacional de uma nação, existem vizinhos que possuem e alimentam capacidades que seriam, é verdade, vencidas... se houvesse tempo para mobilizar... Falsa sensação de segurança!



"De há muito se tem como fato aceito, de um modo geral, que o melhor método para defender a linha da costa contra ataques marítimos não é o espalhar-se navios e canhões ao longo da costa, mas sim, obter-se o comando do mar. As superfícies de terra e do mar podem ser consideradas como as "costas" do ar! As condições são idênticas e, por tanto, essas costas deverão ser defendidas contra ataques inimigos, não espalhando-se canhões e aeroplanos sobre toda a superfície, mas sim, impedindo que o inimigo decole, isto é: obtendo-se o comando do ar." (Pág. 15)

"Obter o comando do ar envolve uma ação positiva ou ofensiva: esse tipo de ação que é o mais próprio da arma aérea." (Pág. 15)

"Como pode uma nação continuar a viver e a trabalhar quando oprimida pela ameaça constante, pelo terrível pesadelo da destruição coletiva iminente? Pois que é necessário ter em mente que ataques aéreos podem ser levados a efeito não apenas contra alvos de menor resistência material como também contra aqueles de menor resistência moral..." (Pág. 15)

A Europa conseguiu isso: a Inglaterra, e mesmo a Alemanha, continuaram combatendo sob intensa campanha de "bombardeios estratégicos"! Só que estes não eram suficientemente fortes ou concentrados, e visaram à usura e não à quebra da vontade do inimigo. Quantas lições...

"Aquele que possua o comando do ar e uma adequada força aérea de ataque estará apto a proteger seu território e mares adjacentes contra ataques aéreos e impedir o inimigo de empregar aviação auxiliar (em apoio a operações terrestres e marítimas)." (Pág. 20)



Vide Israel! Vide EEUU! Vide Rússia!

“é de se esperar que a adoção de um meio que permita ao Homem quebrar os grilhões que o prendiam, anteriormente, à superfície da terra, deve conduzir a conseqüências inteiramente novas, sem tradições, ou antes, em contraposição às tradições existentes, quando tudo estava inevitavelmente preso à superfície”. (Pág. 21)

Será que não continuamos a pretender empregar, da mesma forma antiga e clássica, material bem mais moderno?

Douhet chegou a propor os seguintes Corolários:

1 — “Para garantir-se a defesa nacional, é necessário e suficiente estar-se em posição de poder obter o comando do ar, no caso de um conflito.

2 — Se uma força aérea deve ser capaz de obter o comando do ar, ela deve ser independente das forças de terra e mar, tanto em organização como em atividades.

3 — Reduzir gradualmente e até certo ponto as forças de terra e de mar e, ao mesmo tempo, ampliar gradativamente a força aérea necessária para obter o comando do ar.”

Temos nós estudado convenientemente, mesmo para um ambiente apenas continental, as “capacidades” apontadas por Douhet? As “tendências” observadas são as aqui apontadas?

“O meio mais eficiente para destruir aeroplanos inimigos não é o de atacá-los no ar, mas sim, o de destruir certos alvos na superfície que são de vital importância para eles; assim, a Força Aérea deve ser capaz de levar a efeito ataques contra alvos situados na superfície: em outras palavras, ela deve possuir poderosas unidades de bombardeio.” (Pág. 21)



Qualquer Oficial que se tenha demorado no estudo e no planejamento de, por exemplo, uma defesa aérea de área ou uma defesa antiaérea de ponto, mesmo empregando mísseis terra-ar, poderá bem aquilatar quanto de verdade aqui existe; principalmente se tiver se dado ao luxo de calcular os meios a empenhar para defender todos os pontos importantes que uma força atacante inimiga poderia vir a atacar... e com uma probabilidade de interceptação de apenas, digamos, uns 60%!

“Uma vez obtido o comando do ar, as unidades de bombardeio, livres de qualquer oposição, podem dar “rédea solta” à sua capacidade de ataque e lançar-se à tarefa de cortar exércitos e marinhas de suas bases de apoio e a de espalhar o terror e a destruição por sobre toda a nação inimiga, com a finalidade de quebrar-lhe as resistências moral e material.” (Pág. 30)

Veja-se Israel, na Guerra dos Seis Dias, de novo!

“As imensas proporções que os ataques aéreos podem assumir conduzem-nos à seguinte pergunta: como poderemos defender-nos? Minha resposta tem sido sempre — “atacando o inimigo, através do emprego dos atributos essenciais da Força Aérea.” (Pág. 43)

Sic!

“Para defender-nos apenas, o potencial aéreo deverá ser quatro, dez, talvez cem vezes mais forte que o potencial da força aérea atacante.” (Pág. 46)

Voltemos aos planejadores de defesa aérea e de defesa antiaérea... Quão certo estava Douhet!

“Enquanto a arma aérea de uma nação se mantiver na forma presente, constituindo-se, mais do



que em outra coisa, em meios auxiliares a serviço dos exércitos e das esquadras, a verdadeira guerra aérea estará prejudicada." (Pág. 46)

Sem comentários. E isso foi escrito em 1921!!!

"Considere-se o caso de um conflito entre duas nações, uma das quais, "A", possui Força Aérea, enquanto a outra, "B", utiliza apenas aviação do presente tipo (auxiliar, tática; N. do A.). Uma Força Aérea deve estar sempre preparada para a ação, do contrário perderá 90% de sua capacidade efetiva. Embora em tempo de paz ela possa estar desdobrada por todo o território nacional, a Força Aérea, devido à sua velocidade de deslocamento, pode, em horas, estar emassada e pronta a operar. A organização e a logística devem ser tais que permitam o emprego da Força Aérea imediatamente após o início das hostilidades. Assim, a Força Aérea de "A" inicia suas operações, enquanto "B" estará, ainda, mobilizando suas forças. Mas suponha-se que "B" tenha mobilizado imediatamente toda a sua aviação tática: é óbvio que a Força Aérea de "A" gozará de quase completa liberdade de ação, já que os caças de "B" certamente não impedirão seus movimentos, mesmo causando algumas perdas, desde que "A" possua uma Força Aérea adequada. Dessa forma, a Força Aérea de "A" poderá, rapidamente, obter o comando do ar, ao destruir as Bases, os suprimentos e os centros de produção da aviação de "B". Uma vez tenha sido obtido o comando do ar, as unidades de combate de "A" terão cumprido sua principal tarefa e poderão ser empregadas em auxílio das forças de superfície, se for o caso. Uma vez obtido o comando do ar, a Força Aérea estará inteiramente livre para operar, sem oposição, sobre todo o território inimigo e, naturalmente, usará dessa vantagem para infligir o máximo de danos." (Pág. 47)



“Deixe-se o leitor, que acredita estarmos escrevendo de maneira muito pessimista, dar uma olhada no mapa da Itália e imaginar-se como o comandante de uma Força Aérea estrangeira, capaz de destruir 50 alvos por dia (e isso não requer mais que uns mil aviões e uns poucos milhares de homens, para operá-los). Deixe-se, então, que tire suas próprias conclusões...” (Pág. 48)

Quais estão sendo suas conclusões, leitor amigo?

“Aviação auxiliar são aqueles meios aéreos utilizados no apoio das operações dos exércitos e das esquadras, em suas respectivas esferas de ação. Se a aviação auxiliar deve integrar os ataques dessas forças, então:

- ela deverá depender de forma absoluta, com respeito à organização e ao emprego, das Forças a que servem, e
- ela deve ser incluída nos orçamentos do Exército e da Marinha.” (Pág. 60)

“Não interessando quanto se possa discordar de minhas opiniões, acredito não ser mais possível, hoje, (1921!; N. do A.) fechar-se os olhos à necessidade de estar-se preparado para a luta no ar”. (Pág. 62)

Nossa pergunta seria: à luz das lições oferecidas por Douhet, e pela História, podemos considerar-nos preparados para a luta no ar?

“A possibilidade de utilizar-se aviação auxiliar depende do resultado da luta pelo comando do ar — um resultado sobre o qual a aviação auxiliar não tem ingerência. Conseqüentemente, os meios aéreos designados para a aviação auxiliar não são mais que



meios desviados do objetivo principal, e serão inúteis se este objetivo não for alcançado." (Pág. 84)

Sic! Sic!

"Sumariando as idéias fundamentais sobre que, em minha opinião, deve basear-se o Poder Aéreo:

- 1 — Na guerra aérea, o objetivo máximo deve ser o de obter-se o comando do ar. Uma vez atingido tal objetivo, a tarefa da Força Aérea deve ser a de levar a cabo ofensivas contra alvos de superfície, com a finalidade de quebrar-se a resistência moral e material do inimigo.
- 2 — Nenhum outro objetivo, fora dos dois acima citados, deverá ser perseguido, a não ser que se queira "pular nas mãos do inimigo".
- 3 — O único instrumento capaz de garantir a consecução desses objetivos é ter-se uma Força Aérea independente, composta de u'a massa de unidades de combate e de certo número de unidades de reconhecimento.
- 4 — O poderio de uma Força Aérea deve ser o maior possível, dentro dos limites dos recursos existentes; dessa forma, nenhum recurso deverá ser, sob nenhuma circunstância, desviado para objetivos secundários, tais como aviação auxiliar, defesa aérea ou defesa antiaérea.
- 5 — Tudo deve ser feito para ampliar-se ao máximo a eficácia dos meios de destruição (explosivos, incendiários, gases venenosos), porque, sendo iguais as outras condições, o potencial ofensivo de uma Força Aérea é proporcional à eficiência de seus meios de destruição.
- 6 — A guerra aérea admite, apenas, a postura ofensiva." (Pág. 108)



E voltamos a Israel, na Guerra dos Seis Dias! As idéias 1, 2 e 3 foram, então, seguidas à risca; a idéia 5 foi magnífica e eficazmente explorada; a de número 6, representou o coroamento do emprego dos princípios propostos por Douhet. Somente a idéia n.º 3 não foi obedecida de forma absoluta, embora toda a Força Aérea tivesse sido empenhada em missões ofensivas, com um *minimum minimorum* reservado à Defesa Aérea.

Mas vejamos o que se pode encontrar em "Estratégia Militar e Desarmamento", do Ten Brig Nelson Freire Lavenère-Wanderley: (3)

"Cada país tem de desenvolver sua própria estratégia, de acordo com suas condições peculiares... e... com as possibilidades dos prováveis inimigos."  
(Pág. 23)

Deve-se, portanto, ter extremo cuidado na importação de modelos alienígenas, como na perseveração em modelos tradicionais, talvez ultrapassados.

"Ações militares na guerra moderna:

- 1 — Contra os pontos vitais da nação inimiga;
  - 2 — Contra as forças estratégicas de ataque do inimigo;
  - 3 — De defesa de objetivos no território pátrio;
  - 4 — De apoio a operações militares, nos TO."
- (Pág. 24)

Parece, entretanto, que os últimos itens da relação acima é que têm recebido mais atenção; não se tem programado o atendimento às ações capituladas em primeiro e segundo lugares.

"A estratégia militar, no passado, caracterizou-se pela dominância da estratégia de forças de

---

(3) Ed. Bloch, 1970.



superfície, na qual as principais idéias eram, a mais das vezes, as de invasão e ocupação do território inimigo. A guerra moderna permite maior flexibilidade na composição das ações militares, existindo a probabilidade de se poder neutralizar, nas origens, o esforço de guerra inimiga e com possibilidades maiores de neutralizar-se as forças inimigas sem ter-se de destruí-las." (Pág. 25)

"As alianças sólidas e os antagonismos irreconciliáveis já não são tão facilmente definidos: surgem as tendências para o mundo multipolar, acentuadas pelo aparecimento de novas potências nucleares." (Pág. 28)

Sic! E veja-se os recentes acontecimentos mundiais... e o funcionamento das "alianças"...

"...mas deterência é tanto um problema militar quanto psicológico; depende da avaliação que o agressor faz do risco envolvido e não apenas do exame de situação realizado pelo que procura exercer a ação de deterência, dependendo, também, do agressor potencial."

"A deterência é uma questão de 'força em ser', de um lado, e de 'atitude mental', do outro."

"Um sistema de deterência tem de atender aos requisitos seguintes:

- 1 — Possuir uma capacidade operacional efetiva, desde o tempo de paz, e deve ser mantido no mais alto grau de prontidão,
- 2 — Ser capaz de sobreviver a ataques de surpresa,
- 3 — Incorporar sistemas de alarme, comando e controle alternativos, que permitam a tomada de decisão, mesmo sob ataque,



- 4 — Ser capaz de 'negociar' (penetrar; N. do A.) as defesas inimigas e atingir seus objetivos, e
- 5 — Ter o potencial necessário para destruir os objetivos selecionados, a despeito de defesas ativas ou passivas, proteções e blindagens."

A capacidade operacional refere-se, é lógico, à Aviação Estratégica. Mas quantos planejamentos, mesmo escolares, se têm feito seguindo esses princípios?

Lavenère-Wanderley diz, citando Liddell-Hart:

"Antes de engajar as forças inimigas numa batalha, é necessário desequilibrá-las psicologicamente e fisicamente; consegue-se isso, com mais facilidade, adotando-se uma aproximação indireta." (Pág. 33 e 34)

"A aplicação do poder aéreo na Zona do Interior (Sic) do inimigo é, também, uma aproximação indireta; em vez de preocupar-se de, a grandes custos, derrotar as forças inimigas no TO, passa-se por sobre elas e busca-se atingir as fontes do Poder Nacional do inimigo, desequilibrando-se o seu esforço de guerra." (Pág. 35)

"A execução de uma guerra é um ato físico; a direção da guerra é um ato mental. Tanto antes como durante o desenrolar das operações militares, as ações que influem na atitude mental dos Chefes inimigos (e dos Soldados e do povo inimigos; N. do A.), muitas vezes (sempre; N. do A.) constituem a base da melhor estratégia." (Pág. 36)

Que órgão, realmente especialista, existe na organização, em qualquer nível, para cuidar desse importante aspecto do problema? Parece que se pretende fazê-lo com os "Oficiais de Estado-Maior": mas será que estão tecnicamente preparados para planejar uma tal campanha?



Hitler possuía uma das melhores equipes que já existiram; os americanos utilizaram-se das maiores capacidades do país para orientar sua campanha; os russos promovem cursos de graduação, especialmente dirigidos a esse tipo de ação.

Em "POWER, STRATEGY AND WILL", como transcrito na Air University Review, de Jan/Feb de 1971, o Coronel Reformado, do Exército dos Estados Unidos, P.L. Giddings, escrevia:

Citando o Marechal De Saxe:

"A solução está no coração dos homens. ..."

"Ninguém escreveu sobre esse assunto, que no entanto é o mais importante, o mais estudado e o mais profundo da profissão da Guerra. E sem um bom conhecimento do coração dos homens, fica-se dependendo dos favores da fortuna, da sorte." (Pág. 19)

Citando Clausewitz:

"A guerra é um ato de força, para compelir o inimigo a proceder conforme a nossa vontade." (Pág. 19)

Giddings, o autor e propositor da "Estratégia Total", pretendeu chamar a atenção para um dos mais, se não o mais importante fator envolvido nos conflitos humanos. Vejamos como Giddings analisa a guerra:

"Os estrangeiros ocidentais, de um modo geral, têm-se concentrado no 'ato de força', e negligenciado a sedução psicológica da vontade. Clausewitz, Mahan, Douhet, discutiram as formas que o 'ato de violência' pode tomar, mas Mao, Giap e Guevara analisaram, com toda a atenção, o objeto último das operações militares: a vontade dos homens." (Pág. 20)



Não deveríamos aprender alguma coisa, com as lições que a História está a oferecer? O que parece ter sido uma vitória mais sólida para o bloco comunista: Tcheco-Eslováquia ou Vietnam?

"O General Westmoreland ocupou-se de missões de caça e destruição, enquanto as intenções de Giap foram sempre as de sobreviver aos americanos, que durar mais que eles e não de aniquilá-los." (Pág. 20)

Sic! Sic! Hoje conhecemos o resultado!

"Para aprender-se sobre vontade, é preciso estudar Aristóteles, Santo Tomás de Aquino, Kant, Freud; não Alexandre, o Grande, Newton, Napoleão ou Enrico Fermi. A vontade é a potência da livre escolha. É a liberdade de determinação, por parte daquele que tem a possibilidade de impor seus desejos. Possuir liberdade de escolha é ter vontade livre. Na medida em que uma nação pode, livremente, determinar suas próprias ações, estarão limitadas suas possibilidades, sua potencialidade e sua soberania. Quando uma nação não tem mais liberdade de escolha, ela está impotente..." (Pág. 20)

Vide comentários feitos anteriormente sobre a necessidade curricular do especialista em "vontades", e a solução atual, e as previsões a respeito...

"Idéias, *slogans* e propaganda podem ser mais importantes que a força física ou que recursos materiais. Já que o objetivo real é impor-se a 'vontade' e não 'baixas', a destruição da vontade de resistir do inimigo parece mais vital que a sua habilidade em resistir à força." (Pág. 20)

"Poder" pode ser definido como a capacidade de impor uma vontade sobre outra vontade, através da



persuasão ou da coerção. Esta capacidade existe sob diversas formas e abrange recursos físicos, mentais e espirituais. O Poder pode estar latente ou em exercício. É necessário distingui-lo de 'força', que implica sempre em coerção, como também de 'desejo', que implica em fraqueza. Tentativas de aplicação de uma forma de Poder, isolada de suas outras manifestações, poderá, quando muito, gerar soluções apenas parciais." (Pág. 21)

"Apesar da tendência popular de considerar a pressão política (o poder político) como amoral, o poder é a essência da vida política. ... Poder, no contexto político, significa a dominação de um homem, ou de um grupo de homens, sobre as mentes e as ações de outros homens. É um fenômeno encontrado sempre que seres humanos vivem em contato; e já que todo contato social envolve o choque de vontades, a Segurança Nacional deve, claramente, estar fundada na "Vontade Nacional". (Pág. 21)

"O protesto pacífico" é indubitavelmente, uma tentativa de exercer poder sobre a solução de um problema de interesse público. O que poderia exemplificar melhor essa forma de poder que a pacífica campanha do Mahatma Gandhi para acabar com o controle Inglês sobre a Índia?". (Pág. 21)

Citando Morgenthau, diz Giddings:

"Poder pode ser qualquer coisa que estabeleça e mantenha o controle do homem sobre o homem. Assim, o Poder cobre todas as relações sociais que sirvam a esta finalidade, desde a violência física até as mais sutis ligações psicológicas, através das quais uma mente controla outra mente. O Poder cobre a dominação do homem sobre o homem, mesmo quando ele é disciplinado por finalidades morais e controlado através de seguranças constitucionais... ou



quando ele é apenas a força bruta, bárbara e sem peias, que baseia suas leis em nada mais que sua própria força e sua única justificativa na sua própria ampliação". (Pág. 21 e 22)

Morgenthau é conhecido por apresentar verdades, algumas vezes duras; mas o pragmatismo responsável exige que se as conheça a fundo. Continuemos com Giddings:

"Paz e guerra formam um contínuo e não domínios separados..." (Pág. 21)

"A estratégia envolve a geração e a aplicação de Poder (não necessariamente de "força") nas situações de conflito. No palco internacional, a estratégia é o sistemático desenvolvimento e emprego do Poder Nacional, incluindo (mas não se limitando a) o emprego do Poder Militar, para garantir os objetivos estabelecidos pela Política Nacional. A estratégia é uma arte mais que uma ciência, porque é a vontade humana, não a força física, que vai predominar." (Pág. 21 e 22)

"Estratégia Total" é a geração e a aplicação de todas as formas de Poder que sejam úteis para a consecução dos nossos Objetivos Nacionais. Ela é "Total" na medida em que seja completa, não no sentido de ser incondicional ou ilimitada. A "Estratégia Total" exige a orquestração de todas as formas de Poder, para assegurar seu emprego simultâneo e harmônico." (Pág. 22)

Observe-se a extrema coordenação que deveria existir entre *todos* os órgãos executantes, civis e militares, de administração direta ou autárquicos.

"A persuasão econômica, militar e psicológica deve ser explorada tanto durante a paz como na guerra."



"A 'Estratégia Total' não se limita a ações militares. A Crise de Cuba (Out 62), por exemplo, foi uma disputa de vontades entre os Estados Unidos e a Rússia. Ela foi vencida pelos Estados Unidos, sem o emprego efetivo de força militar." (Pág. 22)

"A persuasão é a manipulação da vontade humana, através de apelos à razão, à prevenção ou a interesses. Utilizada com habilidade ela pode afetar o comportamento humano, alterar atitudes e modificar os objetivos humanos. A persuasão estratégica inclui, mas não está limitada à guerra psicológica."

"Quando a persuasão é usada desta forma — seja ela falsa ou verdadeira, ética ou repugnante, boa ou má, pública ou encoberta — ela é chamada 'Propaganda'."

"É difícil convencer-se a um homem bem alimentado de que ele está com fome; pode-se, entretanto, convencer um hipocondríaco de que ele está morrendo..." (Pág. 23)

É imprescindível, portanto, quando não se pode ter a todos "bem alimentados", que não se os tenha, ao menos, "hipocondríacos"... E aí estaria a Grande Missão da Comunicação Social!

"O vencedor final do presente conflito mundial bem poderá ser aquele que 'ganhar' a mente dos homens. 'A solução está no coração dos homens' e precisamos buscá-la ali! Deve-se reconhecer a persuasão estratégica como um novo instrumento de poder, a ser empregado na defesa dos interesses nacionais, ao lado dos instrumentos tradicionais tais como a diplomacia e a guerra." (Pág. 23)



A quem cabe, na nossa estrutura, formular, preparar e empregar esse novo instrumento?

“Buscando vencer a vontade do inimigo, o estrategista deve lembrar-se de que, embora a vontade seja imaterial, ela é bastante real. Sendo real, ele só poderá ignorá-la sob considerável risco; mas sendo ela imaterial, deve ser atacada indiretamente.” (Pág. 24)

“A mais completa vitória sobre uma vontade oponente é o convencê-la do acerto da nossa própria vontade; a vitória menos satisfatória é o forçar-se uma submissão indesejada.” (Pág. 24)

Voltemos a comparar, sob o prisma comunista, as vitórias no Vietnã e na Tchecoslováquia... Qual das duas representou um real controle das vontades (significando concordância, mesmo que tácita) das populações dominadas?

“Em linhas gerais, a vontade pode ser atacada e controlada através de:

- 1 — o emprego (ou a ameaça do emprego) de violência física, de forma a ameaçar a liberdade (ou mesmo a existência, a vida) do corpo. Esse é o emprego ocidental clássico dos poderes militares e do de polícia. Representa uma abordagem à vontade pelo medo.
- 2 — o oferecimento de gratificações e punições, de modo a tornar a consecução do objetivo original da outra vontade parecer indesejável. Representa a abordagem através do interesse. (Poder econômico; N. do A.)
- 3 — o exercer influência sobre a opinião, utilizando a persuasão de modo a tornar os



objetivos originais parecerem indesejáveis agora. Representa a abordagem pela crença (propaganda)". (Pág. 25)

"Mas existe um outro modo, talvez ainda mais aterrador, para atacar a liberdade da vontade. Se o fim mesmo da estratégia total é destruir a vontade de resistir, os alucinógenos (LSD, maconha, etc.) podem fornecer a arma principal... O que pode ser mais letárgico que um viciado satisfeito?" (Pág. 25)

"O emprego estratégico de alucinógenos, soros da verdade, mutações genéticas (muito auxiliada pela liberdade sexual de hoje; N. do A.) pode fazer de um tirano o senhor do mundo." (Pág. 25)

A importância do tóxico, do alucinógeno, do sexo é, além de sócio-cultural, também estratégica, como se pode facilmente deduzir. Isto sem falar-se em psicopolítica...

"Sabe-se que o poder de uma nação depende de sua população, seu território, sua riqueza, sua capacidade tecnológica e suas Forças Armadas; menos sabido é que depende, também, de suas crenças, seus credos. Crenças não podem ser pulverizadas pelo fogo ou pela espada, e credos não podem ser defendidos pela bomba atômica." (Pág. 26)

"Nunca essa limitação (o emprego exclusivo de força militar, N. do A.) esteve mais exemplificada do que agora, na guerra árabe-israelense. Os Árabes foram decididamente derrotados em 1948, em 1956 e, novamente, em 1967. No entanto, paradoxalmente, cada vitória israelense teve apenas o poder de fortalecer a vontade árabe." (Pág. 26)

Parece que Douhet, afinal, há mais de 50 anos atrás, vislumbrara, como um Da Vinci, algumas verdades radicais...



Os três pontos capitais de seus escritos, apresentados inicialmente, serviram para mostrar quão atual e correto era o seu pensamento!

Pretendeu-se, nessa ligeira coletânea de diversos pensadores militares — e de fontes comumente aceitas — apresentar as idéias básicas do iluminado e esquecido General Giulio Douhet, tão pouco lido, mas de análises tão claras que, mesmo sem o reconhecerem, as Forças Aéreas das grandes potências seguem ainda hoje os princípios que ofereceu desde os idos de 1909; É nossa intenção ter apresentado aos estudiosos do “emprego da violência organizada”, algumas idéias talvez algo chocantes, para que meditem sobre outras e novas soluções para velhos problemas.

Se os psicólogos ainda não chegaram a um acordo sobre como se processam os pensamentos criadores — e os mais incrêus digam que... “no mundo nada se cria”... nada obsta que se pratique, ao menos em teoria, um pouco de heurística, já que não se pode ainda pensar em “sinécticos”.

Mas as lições da História, ao menos, são de estudo mandatório!

*“Não tenhas apreensões; não sabes o que o futuro te reserva; e, quase sempre os nossos maus pressentimentos são, justamente, os que nunca se realizam.”*

THOMAS JEFFERSON



# Blindados (\*)

Ten Cel  
PAULO EDUARDO

## 1. Introdução

Na guerra árabe-israelense de 1973 os blindados, apesar das pesadas perdas sofridas, permaneceram como o principal elemento de decisão das batalhas travadas.

A aviação de apoio ao combate e as armas anticarro, utilizadas intensamente, arrefeceram, em algumas oportunidades, pela sua eficácia, o impeto dos blindados, mas não foram de molde a impedir sua ação decisiva mormente quando do largo envolvimento realizado pelos israelenses já em território egípcio.

Os combates de carro contra carro puzeram de manifesto a extrema violência e pertinácia dos combatentes de par com algumas virtudes e outras tantas deficiências do material empregado.

Do lado árabe foram empregados os carros russos T 54, T 55 e 62 sem nenhuma modificação dos originais.

Do lado israelense, os carros utilizados foram o Centurion inglês, o velho, e sempre útil, Super Sherman, o Patton M 48 e o M 60 A1 americanos, esses todos modificados pelos israelenses o que veremos com um pouco mais de detalhes a seguir.

## 2. Exemplo a seguir

Os israelenses aproveitaram o Sherman, apesar de sua silhueta alta e sua mobilidade deficiente, em relação ao material mais moderno, modificando-lhe o armamento. Assim

---

(\*) Dados extraídos da Revista "L'Armée".



é que, com a introdução de um canhão 105 mm, esse carro, da segunda guerra, mostrou-se útil e obteve ótimos resultados nos duelos de carro a curta distância.

Nos outros carros, Centurion M 48 e M60, as modificações foram de maior profundidade.

O Centurion israelense é oriundo de seu homônimo britânico/M5 e nele as principais modificações introduzidas foram a substituição: — do canhão de 83 mm pelo de 105 mm L 7 britânico; — do motor original de 650 HP pelo Diesel Continental V 12 americano de 750 HP, refrigerado a ar;

- dos cofres de munição originais por outros que aumentaram sua capacidade de remuniamento;
- de alguns anteparos e outros detalhes visando a aumentar o conforto da guarnição.

O Patton M 48 israelense é oriundo do M 48 A1 americano. Nele a modificação do armamento consistiu na substituição do canhão 90 mm pelo mesmo de 105 mm que eles haviam colocado no Centurion.

A mesma substituição de motor pelo Diesel foi realizada o que aumentou bastante sua mobilidade e autonomia.

O M 60 A1, carro básico de emprego no exército dos Estados Unidos, é o blindado mais moderno que os israelenses utilizaram, sofreu como os anteriores aqui citados as mesmas modificações quanto o armamento e motor.

Essa unificação de motores e armamento trouxe inegavelmente uma vantagem indiscutível de ordem logística. Um mesmo item de suprimento classe V para todos os seus blindados e uma padronização na manutenção. Com essa medida os israelenses conseguiram fazer com que cerca de 1.000 peças pudessem ser intercambiadas entre seus diferentes tipos de blindados.

Parece-nos que este seria um exemplo a seguir em países como o nosso.



### 3. O que se fez

No Brasil já dispomos de indústria vitoriosa no que tange a viaturas blindadas sobre rodas. As encomendas feitas aqui no Brasil e no estrangeiro de carros Urutu e Cascavel comprovam a assertiva acima.

Quanto a modificações a introduzir nos blindados sobre lagartas que possuímos, temos um primeiro passo dado. Já em 7 Set de 1973, última parada da administração O. Geisel na pasta do Exército, desfilou em Brasília o X1 cuja fotografia ilustra este artigo.

Esse foi um trabalho de vulto que começará a produzir frutos breve, continuidade que as outras administrações, que se seguiram àquela, deram ao programa.

É o nosso velho conhecido "Perereca" com motor Diesel, nova roupagem, armamento mais sofisticado e outras melhorias, que aumentaram em muito suas possibilidades em mobilidade — incluindo aí raio de ação, flexibilidade e fluidez — potência de fogo e meios de comunicação.

### 4. O que se pode fazer

Ainda temos o Sherman e o M 41, este armado com canhão de 76 mm de calibre, já em desuso e portanto com dificuldades crescentes de suprimento de munição.

Parece que uma boa política seria a de, seguindo o exemplo de Israel, procurar modificá-los em armamento e motor, procurando padronizá-los. Quanto ao Sherman o exemplo israelense aí está para dizer-nos que: deve ser eficaz e de custo compensador, pois um país como esse teria, pelos compromissos financeiros que teve que assumir, de gastar judiciosamente o seu dinheiro para poder importar só o material imprescindível e mais sofisticado.



Interessar outras fábricas, de nosso já grande Parque Industrial de veículos a motor, no estudo e apresentação de protótipos de blindados, com especificações realistas e nada mirabolantes, seria outra via a seguir para a aquisição de know-how tão necessário a, em caso de guerra, não se perder tempo.

## 5. Conclusão

Sabemos que os principais responsáveis estão atentos ao problema. Esse despretencioso artigo serve tão somente para interessar outros companheiros, tão desejosos quanto nós de vermos nosso Exército se modernizando a custa de nosso próprio esforço com o auxílio imprescindível de uma indústria Brasileira capaz de suprir nossas necessidades.

Lembremo-nos de que os Blindados brasileiros, feitos ou modificados aqui, é que permitirão manter nossa vontade de, na batalha terrestre, dizer a última palavra.



7 Set 1973 — Carro Brasileiro X1 desfilando em Brasília



# Emprego do Sistema de Míssil "COBRA" 2000 como Complemento à Artilharia de Costa Convencional

*Trabalho realizado pela Sec Art Cos  
EsACosAAe com a colaboração da Seção  
de Misseis.*

## 1. INTRODUÇÃO

a. Referência — Artigo 90 "MAC COBRA", Defesa Nacional n.º 656 de Jul/Ago de 1974.

b. Na complementação da Defesa de Costa e vias de penetração (rios e canais), o Sistema de Míssil "COBRA" seria empregado para:

1) Impedir ou dificultar o desembarque anfíbio inimigo, em uma cabeça de praia;

2) Impedir a penetração de formações navais inimigas através de rios e canais.

A precisão do seu tiro contra alvos navais é muito maior do que a de canhões convencionais, devido ao fato do míssil poder ser guiado em direção ao alvo. Tanto as primeiras vagas de viaturas anfíbias e/ou barcas de desembarque em uma cabeça de praia (fig. n.º 1), bem como os navios em vias de penetração em rios ou canais (fig. n.º 2), podem ser engajados pelo míssil "COBRA", eficientemente.



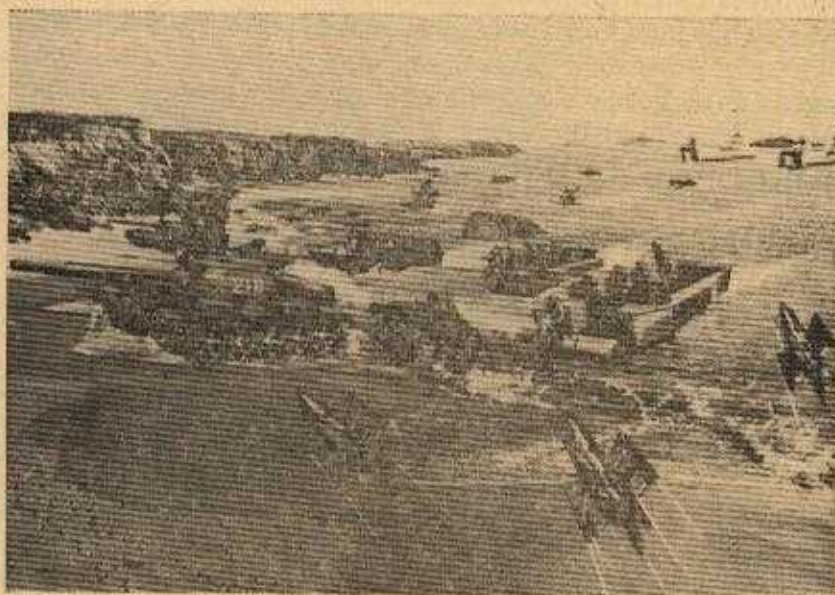


FIGURA N.º 1



FIGURA N.º 2



## c. Características básicas:

## 1) O sistema está integrado pelos seguintes componentes:

- a) Missil com embalagem
- b) Unidade de Controle
- c) Sistema de Cabos
- d) Equipamento de Testes de Campanha
- e) Carregador de Baterias
- f) Simulador de Treinamento

## 2) Dimensões do míssil:

- Comprimento ..... 952 mm
- Envergadura ..... 480 mm

## 3) Pesos:

- Missil na embalagem c/bolsa de acessórios ..... 19,2 kg
- Granada ..... 2,7 kg

## 4) Dimensões da embalagem:

- 420 mm X 420 mm X 600 mm

## 5) Alcance de utilização:

- de 400 a 2000 metros







6) Desempenho: (os dados que se seguem são fixados para uma temperatura ambiente de 15°C)

— Velocidade no final da fase de lançamento .....	80m/seg
— Velocidade a 2000 metros .....	85m/seg
— Tempo de voo até 500 metros .....	5,9 seg
— Tempo de voo até 1000 metros ....	11,8 seg
— Tempo de voo até 2000 metros ....	23,5 seg

## 2. VANTAGENS DO EMPREGO DO SISTEMA

### α. Dificuldade de ser engajado por fogos inimigos

Analisando as modernas doutrinas de emprego, todos os exércitos estão tentando dar aos seus sistemas de armas grande mobilidade, com o propósito de protegê-los do reconhecimento e do fogo inimigo. O sistema segue esta doutrina e devido às suas características, apresenta uma série de vantagens, quais sejam:

1) Os canhões de Art Cos são facilmente pilotados, devido ao clarão na abertura de fogo, tornando-se então alvos dos fogos de contrabateria naval; com o sistema de míssil "COBRA" isto não acontece, pois as posições do míssil não podem ser detetadas pelos navios inimigos e, deste modo, não são engajadas pelos tiros de precisão, depois do míssil ser disparado;

2) Numa posição de guelamento (controle) bem camuflada e usando-se a Unidade de Controle equipada com um telescópio, o atirador fica invisível para o inimigo e bem protegido dos fogos (fig. n.º 3);



3) As posições de lançamento dos mísseis poderão ser preparadas sob cobertas, atrás da posição de guiamento (controle), em trincheiras apropriadas, podendo a fiação ser enterrada durante a construção das mesmas. Esta posição é chamada posição fixa e a sua construção pode ser iniciada antes que o emprego dos mísseis se faça necessário;

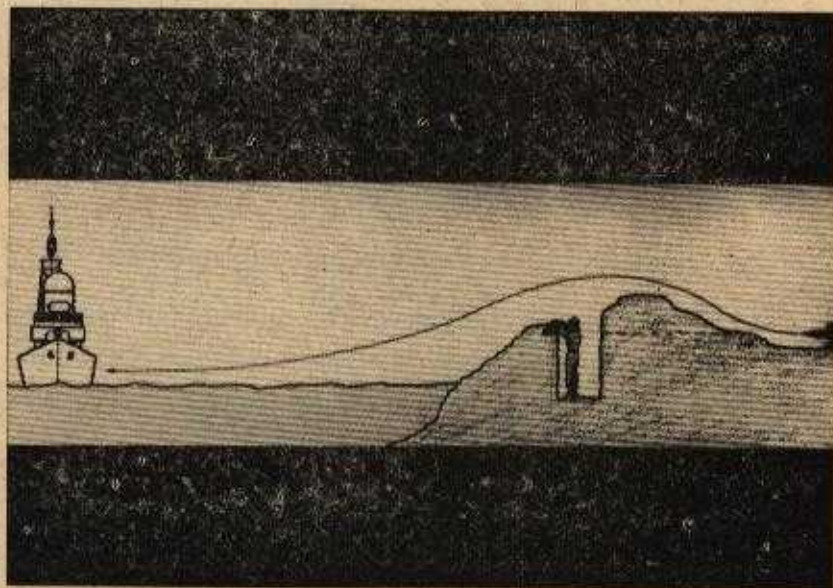


FIGURA N.º 3

4) As características do sistema permitem que, de posições não fixas, os mísseis sejam disparados sobre os alvos e, muito rapidamente mudem de posição, dificultando o seu engajamento por fogos inimigos;

5) A unidade e todo o sistema podem estar prontos para a ação, numa bem camuflada posição à retaguarda e, assim, não ficam expostos ao fogo preparatório do inimigo; as posições serão ocupadas tão-somente quando as operações inimigas estiverem para ser iniciadas.



### **b. Possibilidades de emprego**

As unidades do míssil "COBRA" podem ser usadas a qualquer hora, em qualquer parte da costa ou da via de penetração. Esta vantagem é importante para países que necessitem proteger um extenso litoral.

### **c. Precisão do tiro**

O efeito dos mísseis "COBRA" sobre o alvo corresponde aproximadamente ao efeito de uma granada de 88 mm. O efeito pode não ser tão eficaz quanto o obtido por canhões de grande calibre, porém isto é compensado pelo fato de que o míssil pode ser guiado até o alvo.

## **3. PLANEJAMENTO NECESSARIO PARA DESDOBRAMENTO DOS MISSEIS NO TERRENO**

Para um possível emprego do sistema, em complementação à Art Cos convencional, as posições de controle e de lançamento dos mísseis não podem ser escolhidas por um simples estudo na carta. Só depois que o terreno e as possibilidades do inimigo tenham sido estudados, em detalhes, é que se pode formar uma primeira idéia de quantas posições e quantos mísseis serão necessários para bloquear um rio, um canal ou defender parte do litoral. A técnica de emprego variará. Se se deseja bloquear uma via de penetração em rios e canais, a massa dos mísseis terá que ser utilizada para controlar o terço central da passagem e, dessa maneira, a missão sofre solução de continuidade e uma das Unidades de Controle for posta fora de combate. (fig. n.º 4). Na defesa de costa, em um desembarque anfíbio, esse raciocínio não é válido, pois há necessidade de serem engajados tanto os carros de combate e barcas que ainda navegam, como também aqueles que já tenham chegado à cabeça de praia.



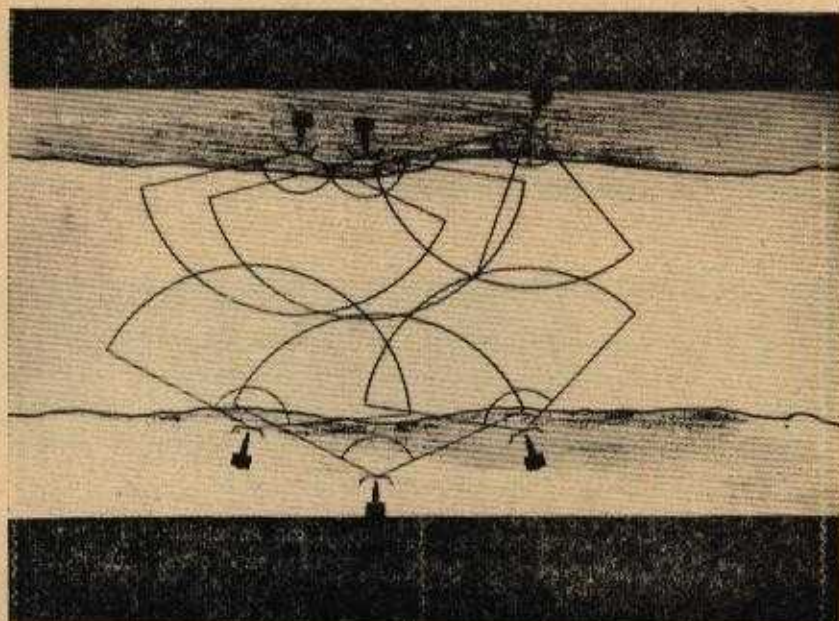


FIGURA N.º 4

#### 4. CONCLUSÃO

A grande vantagem do emprego do sistema "COBRA" repousa no fato que o míssil pode ser empregado a qualquer momento, e em qualquer parte do litoral ou via de penetração que estejam em perigo, e não somente em regiões predeterminadas da costa, rio ou canal; a tropa e a principal parte do equipamento podem ser deslocados da zona de fogos navais inimigos, a qualquer hora, devido à sua mobilidade; as posições fixas só necessitam ser ocupadas imediatamente antes das ações de desembarque começarem; mesmo que as posições fixas fossem destruídas pela preparação da artilharia naval inimiga, as peças estariam ainda em condições de atuar, porque o fogo inimigo destruiu as posições, porém as partes principais das instalações e os mísseis estavam localizados fora do alcance dos tiros inimigos e, neste caso, iriam ocupar uma posição não fixa qualquer.



